

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 5ª Região



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2007 / 2009



Sumário

Mensagem da Presidência	05
A Justiça Federal da 5ª Região	06
Composição TRF5	07
Organograma Simplificado	08
Equipe de Trabalho	09
Composição Seções Judiciárias	11
Julgamento de Processos	14
Celeridade no Julgamento	19
Democratização	34
Novo Regimento Interno	37
Gestão Administrativa	38
Prestação Jurisdicional	38
Articulação Institucional	39
Melhoria Operacional	42
Gestão de Pessoas	52
Responsabilidade Socioambiental	60

“Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos...”

Tecendo o amanhã
João Cabral de Melo Neto

Mensagem da Presidência



Como os gestores que me antecederam na presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, tomei por norte de minha administração a legalidade, pois se todo órgão público tem essa obrigação, muito mais deve tê-la um Tribunal.

Mas, além de uma equipe séria e com excelente nível profissional, contei para a consecução do meu mister com o apoio decisivo de meus pares nesta Corte nas metas exitosas, pelo que pondero que as metas que não foram possíveis alcançar, realmente eram impossíveis de ser realizadas, pois esforço e competência não faltaram.

À obviada, tudo quanto foi feito voltou-se à eficiência do Tribunal que, significativamente para mim, alcançou, durante a minha gestão, a sua maioridade temporal.

Este relatório final é uma síntese das realizações que – modéstia à parte - bem compensaram o esforço.

Adversidades, resistências e dificuldades não lograram suplantar o que fora adremente previsto dentro do cenário dos “riscos calculados” e foram devidamente vencidas.

Escrupulosamente aqui e agora, não vou julgar o que foi realizado, mas confesso que espero obter o consenso de que o dever foi cumprido.

JOSÉ BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO

Presidente

“Convivendo a guerra do cotidiano forense, os servidores, quase sempre, constituem a nossa infantaria no primeiro combate aos processos e aos papéis que nos são distribuídos, sem deixarem de ser a nossa intendência a nos suprirem do instrumental necessário ao nosso labor e, outrossim, a nossa artilharia com a qual avançamos para atingir os nossos alvos e, muita vez, a cavalaria que protege a nossa retaguarda.”

José Baptista de Almeida Filho
Em seu discurso de posse, março 2007

A Justiça Federal da 5ª Região

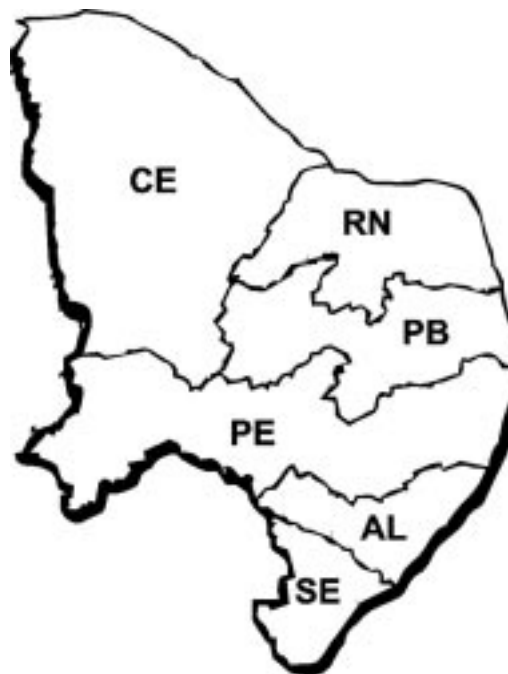
A Justiça Federal da 5ª Região é formada pelo Tribunal Regional Federal, com sede no Recife, e as Seções Judiciárias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe.

O Tribunal é composto por 15 desembargadores e 674 servidores, possuindo os seguintes órgãos julgadores: Pleno, constituído pela totalidade dos seus membros; Conselho de Administração, com oito desembargadores; quatro Turmas de Julgamento, sendo cada uma com três desembargadores.

As Seções Judiciárias são compostas por 151 magistrados e 2.302 servidores, distribuídos em 79 Varas Federais, sendo 57 nas capitais e 22 em cidades-polo dos Estados que compõem a 5ª Região.

Dentre essas Varas Federais, funcionam 25 Juizados Especiais Federais, sendo 14 Adjuntos e 13 Autônomos.

As competências da Justiça Federal do Primeiro e do Segundo Grau estão elencadas nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal de 1988 e incluem, dentre outras, o julgamento de causas em que a União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais forem parte.



Seção Judiciária	Localização	Quantidade
Pernambuco	Capital	17
	Interior	7
Paraíba	Capital	5
	Interior	5
Rio Grande do Norte	Capital	7
	Interior	2
Ceará	Capital	16
	Interior	5
Alagoas	Capital	7
	Interior	1
Sergipe	Capital	5
	Interior	2
Total		79

Distribuição das Varas	
Varas na Capital	57
Varas no Interior	22
JEFS Adjuntos	14
JEFS Autônomos	13

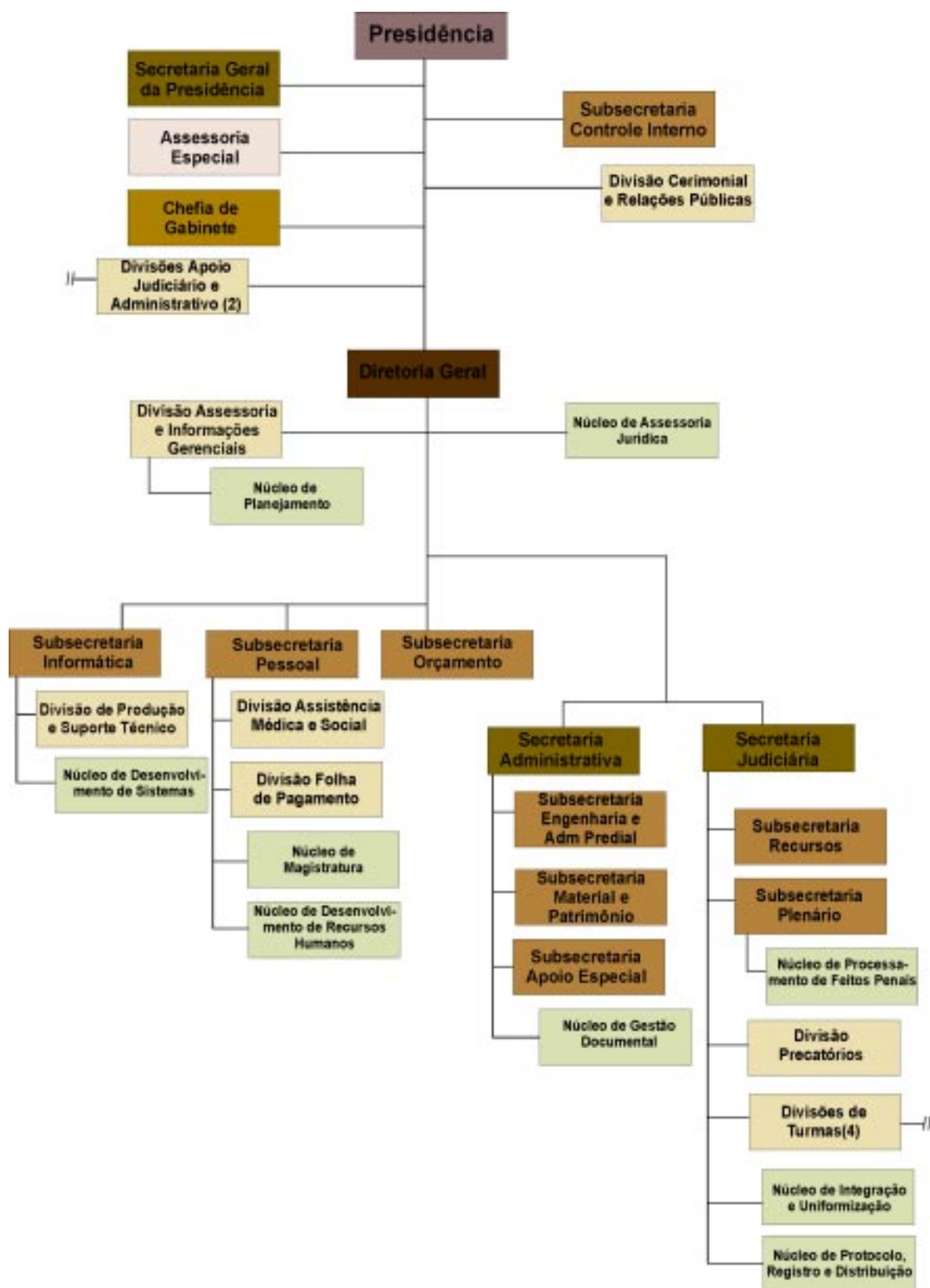
Composição TRF5

Ridalvo Costa (até 16/11/ 2007)
Petrucio Ferreira (até 15/12/2007)
José Lázaro Alfredo Guimarães ¹
José Maria de Oliveira Lucena ²
Francisco Geraldo Apoliano Dias ³
Ubaldo Ataíde Cavalcante (até 17/10/2008)
Margarida de Oliveira Cantarelli ⁴
Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti ⁵
José Baptista de Almeida Filho ⁶
Napoleão Nunes Maia Filho (até 23/05/2007)
Luiz Alberto Gurgel de Faria ⁷
Paulo Roberto de Oliveira Lima ⁸
Paulo de Tasso Benevides Gadelha ⁹
Francisco Wildo Lacerda Dantas ¹⁰
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas ¹¹
Manoel de Oliveira Erhardt (a partir de 08/08/2007) ¹²
Vladimir Souza Carvalho (a partir de 27/02/2008) ¹³
Rogério de Meneses Fialho Moreira (a partir de 05/05/2008) ¹⁴
Francisco Barros Dias (a partir de 12/01/2009) ¹⁵



Composição atual do TRF5

Organograma Simplificado



Equipe de Trabalho

Roberto Gondim Aroucha
Secretaria Geral da Presidência

Iran Lira da Silva
Assessoria Especial

Maria Teresa de Figueirôa Valença
Chefia de Gabinete da Presidência

Maria da Graça Cruz Ribeiro
Divisão de Apoio Judiciário e Administrativo

Rúbia Marinho Costa Sales
Divisão de Apoio Judiciário e Administrativo

Jerônimo José dos Santos
Subsecretaria de Controle interno

Maria do Carmo L. G. de Lima Ferreira
Divisão de Cerimonial e Relações Públicas

Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio
Diretoria Geral

Juliane Gama Tenório Paraíso
Divisão de Assessoramento e Informações Gerenciais

Célio Marques
Núcleo de Assessoria Jurídica

Massonori Takaki
Subsecretaria de Informática

Arnaldo Leite Pereira
Divisão de Microinformática

Laureano Montarroyos
Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas

Onaldo Mangueira de Melo
Subsecretaria de Pessoal

Cláudio de Sá Pereira
Divisão de Assistência Médica e Social

Ana Maria Lucena da Silva
Divisão de Folha de Pagamento

Pedro Rafael Lemos Pereira
Núcleo de Magistratura

Rosilene Maria de Moura Braz Diniz
Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Sebastião Marcos Campelo
Subsecretaria de Orçamento e Finanças

* Ordem de apresentação em conformidade com a sequência apresentada no Organograma.

Virgílio Barros de Medeiros Campos

Secretaria Administrativa
De 28/03/2007 a 04/12/2007

Nádia Formiga

Secretaria Administrativa
De 05/12/2007 a 03/09/2008

Vladislave Ferreira Leite

Secretaria Administrativa
A partir de 04/09/2008

Vladislave Ferreira Leite

Subsecretaria de Material e Patrimônio
Até 03/09/2008

Ariberto Moraes Alves

Subsecretaria de Engenharia e
Administração Predial

Ricardo Bouwman Filho

Subsecretaria de Material e Patrimônio
a partir de 04/09/2008

Maria de Fátima Câmara da Silva

Subsecretaria Apoio Especial
De 13/06/2007 a 04/12/2007

Rivo Ribeiro da Silva

Subsecretaria Apoio Especial
a partir de 05/12/2007

Roseana M. Lins Brito Faneco Amorim

Núcleo de Gestão Documental

Telma Roberta Vasconcelos Motta

Secretaria Judiciária

Iran Evangelista

Subsecretaria de Recursos

Fernanda Porto de Araújo Lima

Subsecretaria do Plenário

Elisabeth Monteiro Lôbo

Divisão de Precatórios

José Avelino de Souza Júnior

Núcleo de Processamento de Feitos Penais

Sérgio Caetano da Silva

Diretor da 1ª Turma

Heitor de Albuquerque Wanderley

Diretor da 2ª Turma

Geraldo Xavier de Azevedo Sobrinho

Diretor da 3ª Turma

Lisiane Rodrigues Cavalcanti

Diretora da 4ª Turma

Sandra Régia C. Valença Bouwman

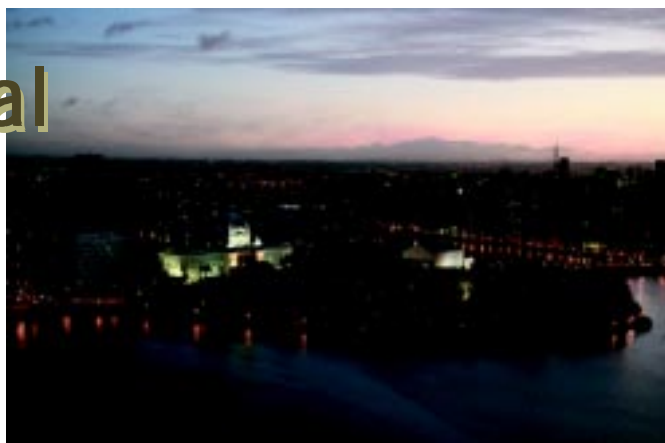
Núcleo de Integração e Uniformização

Layette de Souza Lima

Núcleo de Protocolo, Registro e Distribuição

Composição Seções Judiciárias

Justiça Federal Pernambuco



Diretor do Foro: Frederico José Pinto de Azevedo
Vice-diretor do Foro: Élio Wanderley de Siqueira Filho
Diretor da Subseção de Petrolina: (em processo de remoção)
Diretor da Subseção de Caruaru: Danielle Souza de Andrade e Silva
Diretor da Subseção de Garanhuns: André Carvalho Monteiro
Diretor da Subseção de Serra Talhada: Tiago Antunes de Aguiar
Diretor da Subseção de Salgueiro: Georgius Argentini Príncipe Credidio
Diretora da Secretaria Administrativa do Foro: Anna Izabel Furtado de Miranda



Justiça Federal Paraíba

Diretora do Foro: **Cristina Maria Costa Garcez**
Vice-diretor do Foro: Helena Delgado Ramos Fialho Moreira
Diretor da Subseção de Campina Grande: Emiliano Zapata de Miranda Leitão
Diretor da Subseção de Sousa: Newton Fladstone Barbosa de Moura
Diretor da Secretaria Administrativa do Foro: Cícero Caldas Neto

Justiça Federal Rio Grande do Norte



Diretor do Foro: Ivan Lira de Carvalho

Vice-diretor do Foro: Edílson Pereira Nobre Júnior

Diretor da Subseção de Mossoró: Marcos Mairton da Silva

Diretor da Subseção de Caicó: Jailsom Leandro de Sousa

Diretora da Secretaria Administrativa do Foro: Maria Isabel Gurgel Umbelino



Justiça Federal Ceará

Diretor do Foro: Augustino Lima Chaves

Vice-diretor do Foro: José Parente Pinheiro

Diretor da Subseção de Limoeiro do Norte: Francisco Luís Rios Alves

Diretor da Subseção de Juazeiro do Norte: Bruno Leonardo Câmara Carrá

Diretor da Subseção de Sobral: José Maximiliano Machado Cavalcanti

Diretor da Secretaria Administrativa do Foro: José Maria de Moraes Borges Neto

Justiça Federal Alagoas



Diretor do Foro: Paulo Machado Cordeiro

Vice-diretor do Foro: Frederico Wildson da Silva Dantas

Diretor da Subseção de Arapiraca: Rubens de Mendonça Canuto Neto

Diretora da Secretaria Administrativa do Foro: Helena Pinheiro Machado Ferreira



Justiça Federal Sergipe

Diretor do Foro: Carlos Rebêlo Júnior

Vice-diretor do Foro: Edmílson da Silva Pimenta

Diretor da Subseção de Itabaiana: Almiro José da Rocha Lemos

Diretora da Subseção de Estância: Lidiane Vieira Bomfim Pinheiro de Menezes

Diretora da Secretaria Administrativa do Foro: Juvanilza Menezes da Silva

Julgamento de Processos

Norteado por sua missão institucional de julgar as questões de interesse federal, imprimindo cidadania no meio social e fazendo da justiça um instrumento de pacificação social, consolidando junto à sociedade os valores democráticos e institucionais da Carta Magna de 1988, a Quinta Região buscou realizar as suas atividades direcionadas para garantir eficiência, eficácia e celeridade no julgamento dos processos.

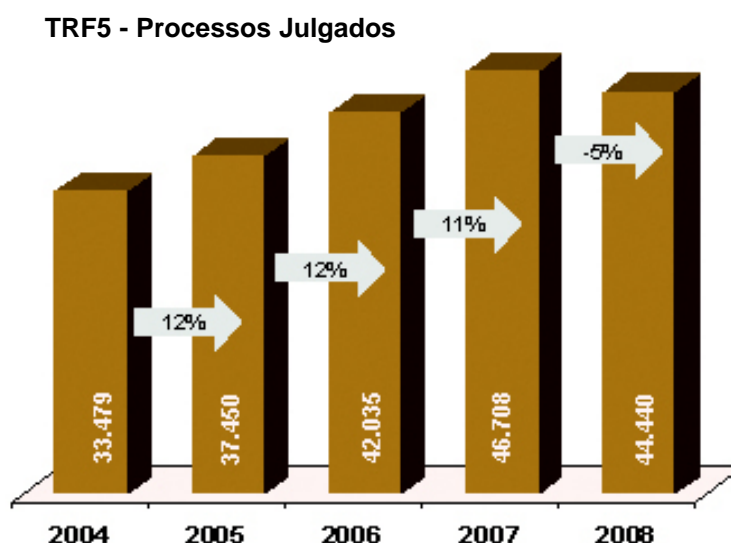
No biênio 2007/2008, 91.148 processos foram julgados pelo Tribunal

Em 2007, o Tribunal conseguiu atingir o marco histórico de 46.708 processos julgados, o que representou um aumento de 11% em relação ao ano anterior, mesmo sem ter qualquer alteração no seu quadro de força de trabalho.

Neste mesmo período, foram distribuídos 48.417 processos, o que corresponde a um incremento de 28% com relação a 2006. Esse aumento no número de feitos distribuídos e julgados, conseqüentemente, provocou uma elevação de 17% no número de processos em tramitação.

Já em 2008, o Tribunal julgou 44.440 processos e, apesar da redução de 5% com relação ao ano anterior, apresentou um quantitativo de julgados 5,7% superior a 2006.

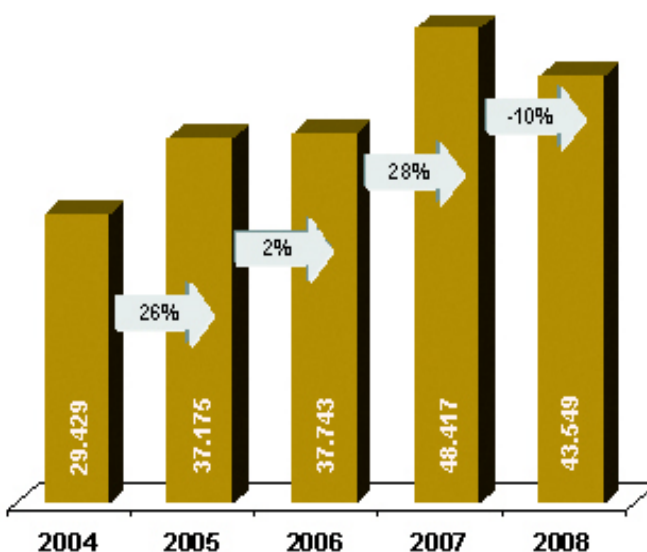
Neste período, foram distribuídos 43.549 feitos e o saldo remanescente correspondeu a 84.627, 9% a mais que o ano anterior. Isto ocorre porque, embora a distribuição tenha sido inferior a de 2007, seu quantitativo ainda continua muito elevado.



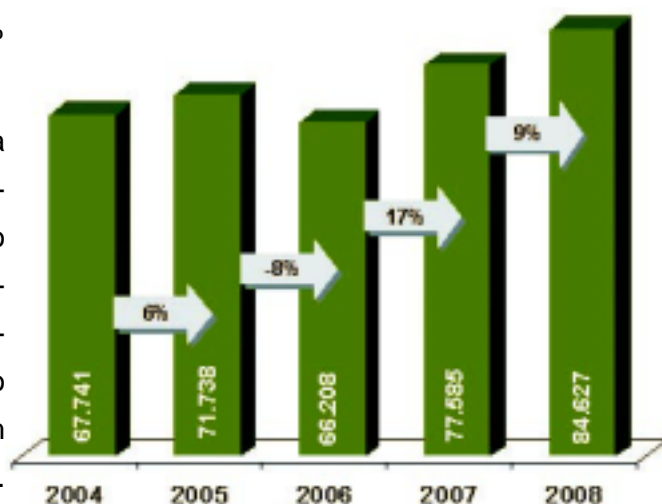
É necessário salientar que a modificação da legislação, ocorrida no final do ano de 2007, referente aos procedimentos que devem ser adotados para os recursos extraordinários e especiais de matérias repetitivas, contribuiu para a elevação do número de feitos em tramitação. Agora esses recursos permanecem sobrestados no Tribunal, não sendo mais remetidos para os Tribunais Superiores (Repercussão Geral). Atualmente, o quantitativo de processos sobrestados nesta Corte corresponde a cerca de 15 mil, assim o saldo de tramitação efetiva é de aproximadamente 69 mil processos, 10% a menos que no ano de 2007.

Em virtude do impacto causado na produtividade do 2º Grau, vale destacar, que nos anos de 2007 e 2008 o Tribunal passou por diversas sucessões excepcionais de desembargadores, a maioria concentrada no último ano do biênio, que resultaram na redistribuição de 34.858 processos.

TRF5 - Processos Distribuídos



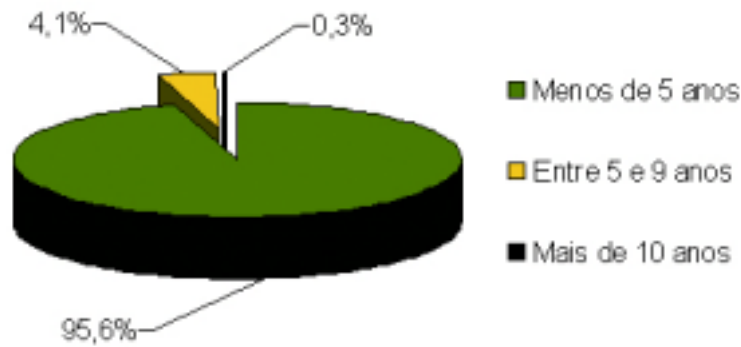
TRF5 - Processos Remanescentes



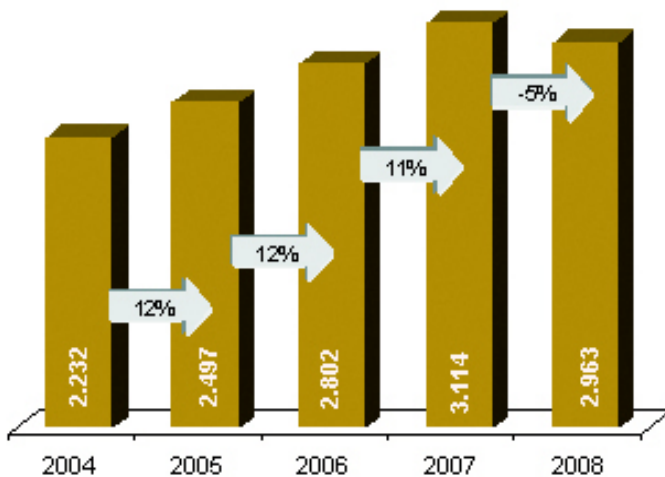
Sucessão	Motivo	Qtde de processos
Manoel de Oliveira Erhardt	Posse em virtude da vacância por promoção para Ministro do desembargador federal Napoleão Nunes	4.829
Paulo Roberto de Oliveira Lima	Mudança de acervo	3.659
Vladimir Souza de Carvalho	Posse em virtude da vacância por aposentadoria do desembargador federal Ridalvo Costa	8.445
Rogério Fialho Moreira	Posse em virtude da vacância por falecimento do desembargador federal Petrucio Ferreira	10.557
Francisco Barros Dias	Posse em virtude da vacância por aposentadoria do desembargador federal Ubaldo Ataíde	6.709
Outros casos de sucessão excepcional		659
Total		34.858

Uma análise sobre o conteúdo do saldo de processos em tramitação no Tribunal permite observar que, atualmente, o remanescente é constituído, em sua maioria (95,6%), por processos com menos de 5 anos. Existem, ainda, 4,1% com idade entre 5 e 9 anos e apenas 0,3% com idade superior a 10 anos.

TRF5 - Idade dos Processos Remanescentes

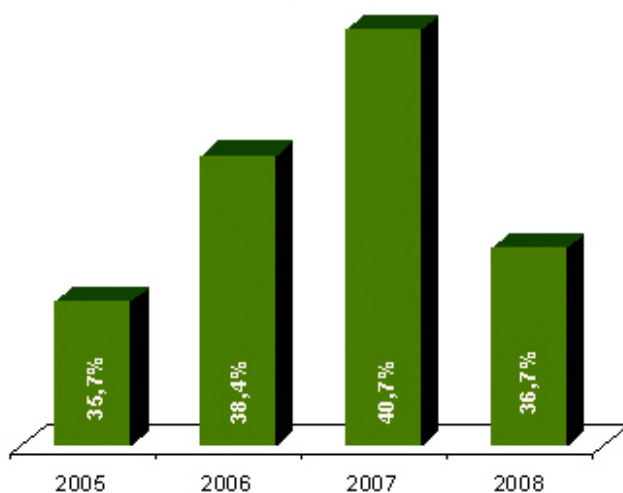


TRF5 - Julgados por Desembargador



Os dados estatísticos da movimentação processual do 2º Grau revelam que, apesar do bom índice de produtividade dos desembargadores (2.963 processos por juiz em 2008), a taxa de julgamento de processo, que espelha o percentual dos processos julgados em relação aos processos distribuídos e o estoque de processos não julgados no ano anterior, continua elevada, demonstrando que o Tribunal consegue julgar apenas 36,7% da demanda processual que possui, não suprimindo plenamente a necessidade da sociedade, sendo notório e premente o aumento da sua capacidade de julgamento.

TRF5 - Taxa de Julgamento de Processos



Em 2007, as Seções Judiciárias da 5ª Região julgaram 280.480 processos, receberam em distribuição 301.734 e o saldo remanescente foi reduzido para 658.652. Apesar do número de processos distribuídos haver sido superior ao número de julgados, o decréscimo do acervo decorre do elevado arquivamento de feitos julgados nos anos anteriores.

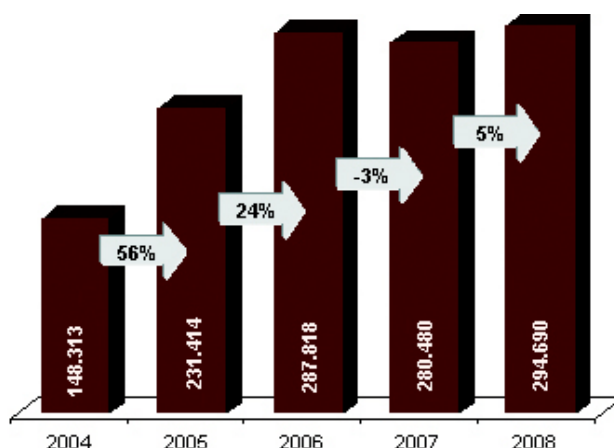
Já em 2008, o quantitativo de julgados aumentou 5%, correspondendo a 294.690 processos, tendo sido distribuídos 336.457 e permanecendo em tramitação 607.689 feitos.

As Seções Judiciárias da Quinta Região julgaram 575.190 processos nos últimos dois anos

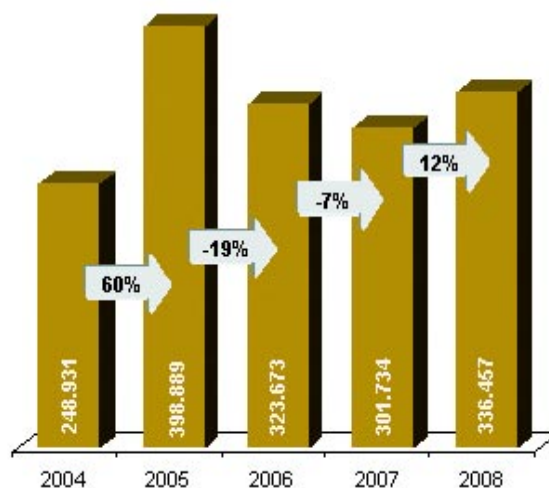
Não obstante o aumento de julgados no último ano, a progressiva redução do estoque processual e a boa taxa de produtividade por juiz (1.965 processos por juiz em 2008), a necessidade de ampliação das Varas Federais ainda persiste, para que a Justiça Federal de 1º Grau finalmente esteja apta para atender à demanda do jurisdicionado de forma rápida.

O Indicador de Taxa de Julgamento de Processos demonstra que as Seccionais conseguem julgar apenas 29,6% da demanda processual que recebem. Esse índice reflete diretamente no tempo médio de duração do processo, elevando-o.

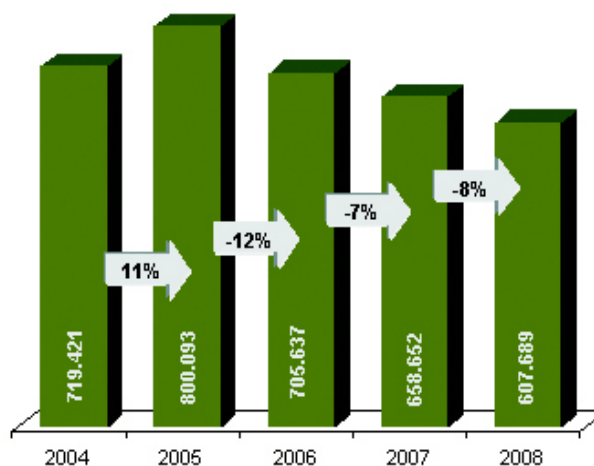
Seções Judiciárias - Processos Julgados



Seções Judiciárias - Distribuídos



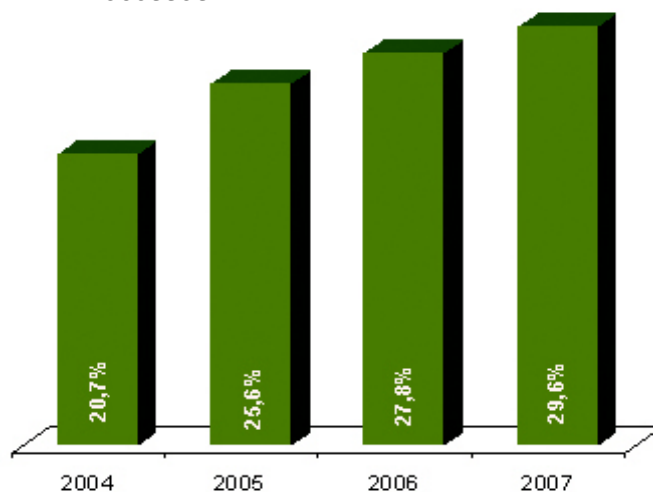
Seções Judiciárias - Processos Remanescentes



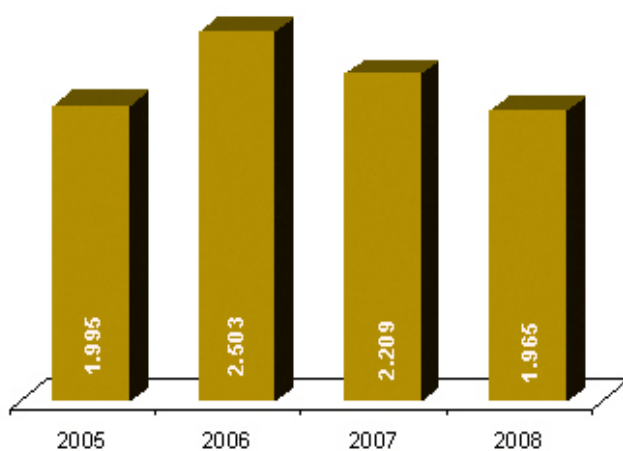
Em virtude da exposta necessidade de ampliação da capacidade de julgamento do Primeiro e Segundo Graus, o TRF5 encaminhou um projeto de ampliação do número de Varas Federais, que já tramita no Congresso Nacional, e está elaborando um estudo para pequenos projetos de ampliação específicos para determinadas áreas, consideradas críticas pela carência de servidores, e visando atender às recomendações do Tribunal de Contas da União.

Foram encaminhados projetos de ampliação do TRF5 e Varas Federais, para melhor atender a demanda jurisdicional

Seções Judiciárias - Taxa de Julgamento de Processos



Seções Judiciárias - Julgados por Juiz



Celeridade no Julgamento

Durante o biênio 2007/2008, ações para garantir a efetividade dos Juizados Especiais Federais; promoção de mutirões de conciliação e julgamentos; mudanças tecnológicas; padronização de procedimentos; concursos públicos e convênios de cooperação técnica foram realizados, visando, primordialmente, proporcionar maior celeridade no julgamento dos processos.

Juizados Especiais Federais

Um importante fator para garantia da celeridade processual são os Juizados Especiais, inovação inserida na esfera federal pela Emenda Constitucional nº 22/99, que possuem competência para julgar causas criminais de infrações de menor potencial ofensivo e causas cíveis com valor até 60 salários mínimos, que após o trânsito em julgado são pagas através de Requisitórios de Pequeno Valor (RPV).

Os processos dos Juizados Especiais Federais (JEFs) são orientados pelos princípios da oralidade, simplicidade, economia processual, conciliação, publicidade, gratuidade e celeridade.

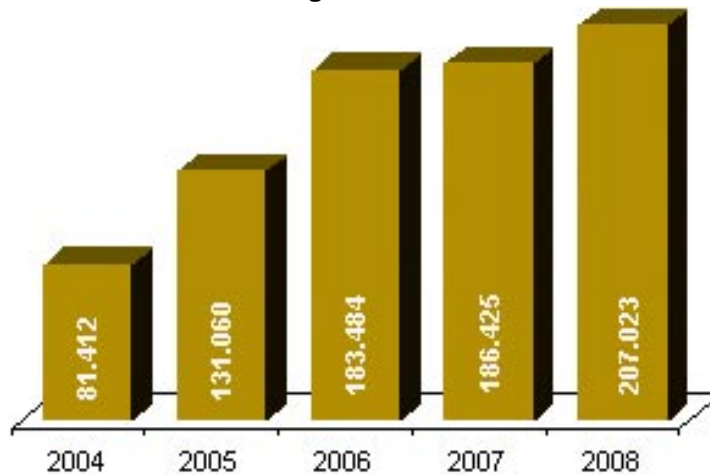


Juizado Especial Federal em Recife

Os Juizados Especiais Federais foram responsáveis pelo julgamento de 393.448 feitos no biênio

Na Quinta Região, os JEFs trabalham com processos totalmente eletrônicos, através do Sistema CRETA, cuja qualidade já foi reconhecida nacionalmente com a premiação do III Innovare – A Justiça do Século XXI, promovida pela Fundação Getúlio Vargas, e com o reconhecimento de diversos outros Tribunais, para os quais o TRF5 cedeu o seu uso.

JEFs - Processos Julgados

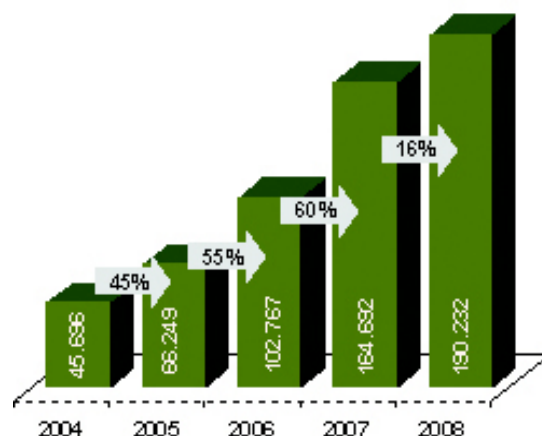
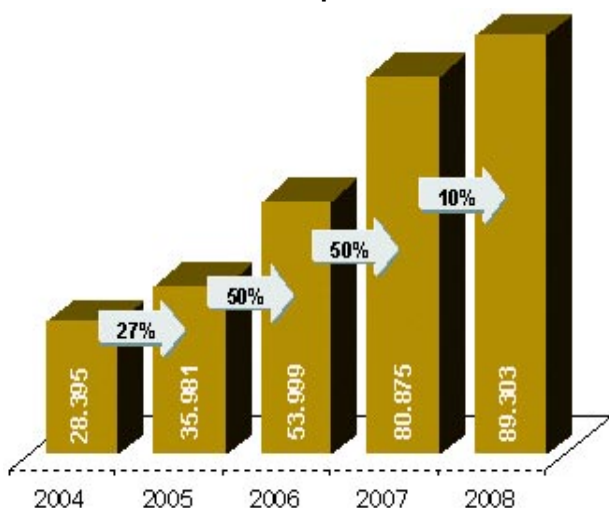


No período de 2007/2008, os JEFs foram responsáveis pelo julgamento de 393.448 processos, tendo recebido 399.196 em distribuição e, ao fim de 2008, possuía um total de 110.525 feitos pendentes de julgamento.

Neste biênio, os Requisitórios de Pequeno Valor (RPV), que representam as requisições de pagamentos para os julgados dos JEFs, atingiram um volume de pagamento superior a R\$ 1 bilhão, distribuídos para quase 355 mil beneficiários por meio de 170.178 RPVs.

RPV - Beneficiários

RPV - Quantidade de Requisitórios



MUDANÇAS TECNOLÓGICAS

Desde a sua criação, o TRF5 sempre buscou estar em sintonia com a Tecnologia da Informação e, de forma continuada e sistemática, buscou a expansão e a melhoria dos serviços prestados por esta Corte de Justiça, adaptando a instituição aos novos cenários de eficiência. Dentre as mudanças tecnológicas, promovidas no biênio 2007/2008, destacam-se:

Certificação Digital

A certificação digital é uma tecnologia que prevê mecanismos de segurança capazes de garantir a autenticidade, a confidencialidade e a integridade das informações.

Essa ferramenta, que já está sendo utilizada por algumas unidades e expandida para as demais, visa acelerar e otimizar os trabalhos, pois os certificados digitais, emitidos pelas subsidiárias da Autoridade Certificadora do Poder Judiciário (AC-JUS), são utilizados pelos magistrados para assinatura de

ofícios requisitórios, despachos, acórdãos, sentenças e relatórios, entre outros, por intermédio de um *smart card* acoplado

em um dispositivo conectado ao computador e que exige do usuário a sua identificação biométrica e o uso de senha secreta. A assinatura poderá ser realizada em um único documento ou em lotes.

Presidente utilizando a certificação digital



A Certificação Digital proporciona maior segurança e celeridade

O uso dessa ferramenta proporciona maior segurança e celeridade ao fluxo das atividades, principalmente por evitar o deslocamento físico dos processos por diversos setores.

Esta tecnologia está implantada em alguns módulos do Sistema Processual de 2º Grau (ESPARTA), está em desenvolvimento no Sistema Processual de 1º Grau (TEBAS) e em implantação no Sistema Processual Virtual dos Juizados Especiais Federais (CRETA).

Esta ação buscou disponibilizar para a sociedade, de forma otimizada e rápida (quase ao mesmo tempo em que os acórdãos são publicados), os dados de jurisprudência do TRF5, além de trazer o benefício da redução de servidores envolvidos no processo e economia mensal de material de expediente (papel, tonner, etc.).

O acesso as jurisprudências do TRF5 ficou mais rápido e fácil

Salutar registrar que, no biênio 2007/2008, 50.676 acórdãos foram inseridos no ATENAS, tornando-os acessíveis na página da internet do TRF5 e na do Conselho de Justiça Federal, o que elevou o número total de acórdãos disponíveis para 172.854.

Esses números revelam o aumento da capacidade de seleção e cadastramento de acórdão decorrente da nova versão do ATENAS, que informatizou todo o procedimento da unidade, não se fazendo mais necessária à impressão do Diário da Justiça ou acórdãos selecionados, nem do preenchimento da ficha de indexação para posterior digitação e inclusão do acórdão no sistema.

Sistema de Controle Processual do 1º Grau

Diversas ações foram realizadas para a melhoria do Sistema de Controle Processual de 1º Grau (TEBAS). Dentre essas se destacam:

- promoção de maior gestão do acervo de processos, com a inclusão de processos antigos e processos de instância superior, o que possibilita o registro informatizado de dados referentes a estes processos, facilitando a sua localização, quando for necessário, e a gestão documental do arquivo;
- inclusão de relatórios estatísticos de movimentação, analítica e sintética, contemplando inclusive processos sobrestados, a partir de vários critérios de seleção (período, classe, assunto, Vara, Juiz);
- unificação das Tabelas de Classe e Assunto, de acordo com os padrões do Conselho Nacional de Justiça

Outra importante implementação no Sistema TEBAS foi a Certidão Regionalizada Positiva/Negativa Penal, com a adição de controles para acompanhamento das partes registradas no rol de culpados ou beneficiados pela Transação Penal ou Sursis, a fim de permitir a consulta e a emissão de certidões referentes à transação de suspensão previstas na Lei 9.099/1995 e os alertas de que a matéria está sob exame de repercussão geral e matéria repetitiva.

Sistema de Controle Processual dos Juizados Especiais Federais

O sistema de Controle Processual dos Juizados Especiais Federais (CRETA) também foi aprimorado com a inclusão automática da fase de pagamento de RPV, o que conclui o ciclo de requisição e pagamento, facilita a consulta e possibilita o arquivamento do feito de forma automática e ágil.

Além disso, foi desenvolvida e implementada a integração do CRETA com o sistema da Advocacia Geral da União (SICAU), fornecendo dados com o objetivo de facilitar o acompanhamento da movimentação processual em que é parte. Além disso está concluída a sua integração com o sistema de Recursos Extraordinários Eletrônicos do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, foi realizada a inclusão de ferramenta para registro das informações jurisprudenciais das Turmas Recursais e uniformizadas as tabelas de classes e assuntos utilizadas pelo Poder Judiciário Federal, de acordo com a padronização do Conselho Nacional de Justiça.

Portal do Juizado Especial Federal

O Portal do JEF permite que sejam realizadas, de forma unificada, consultas processuais dos processos físicos e virtuais do 1º Grau, e de jurisprudências das Turmas Recursais dos JEFs. Também possibilita consulta às normas gerais e específicas dos JEFs, aos dados institucionais dos JEFs Turmas Recursais, ao acompanhamento de Requisitórios de Pequeno Valor, a notícias e informações gerais, a orientações de interesse do cidadão, e, ainda, a um elenco de perguntas e respostas mais frequentes, modelos de documentos e planilhas de cálculo. Tudo isso para facilitar o acesso do jurisdicionado aos serviços prestados.



Portal do Juizados Especial

Banco Regional para Certidão Penal

Os sistemas processuais foram customizados para compor um banco de dados regional, o que permitiu um melhor acompanhamento das partes registradas como beneficiadas pela Transação ou Suspensão Penal que o réu por ventura venha a possuir, de acordo com a Lei 9.099/1995, possibilitando a emissão de certidões negativa ou positiva penal a qualquer tempo.

Diário Eletrônico

O Sistema Eletrônico de Publicações do Diário Eletrônico da 5ª Região foi desenvolvido para disponibilizar, em formato eletrônico, as publicações do Diário Oficial, reduzindo os custos com publicidade das informações (aproximadamente R\$ 500 mil por ano) e com segurança, proporcionando celeridade e comodidade para as partes e advogados/procuradores.



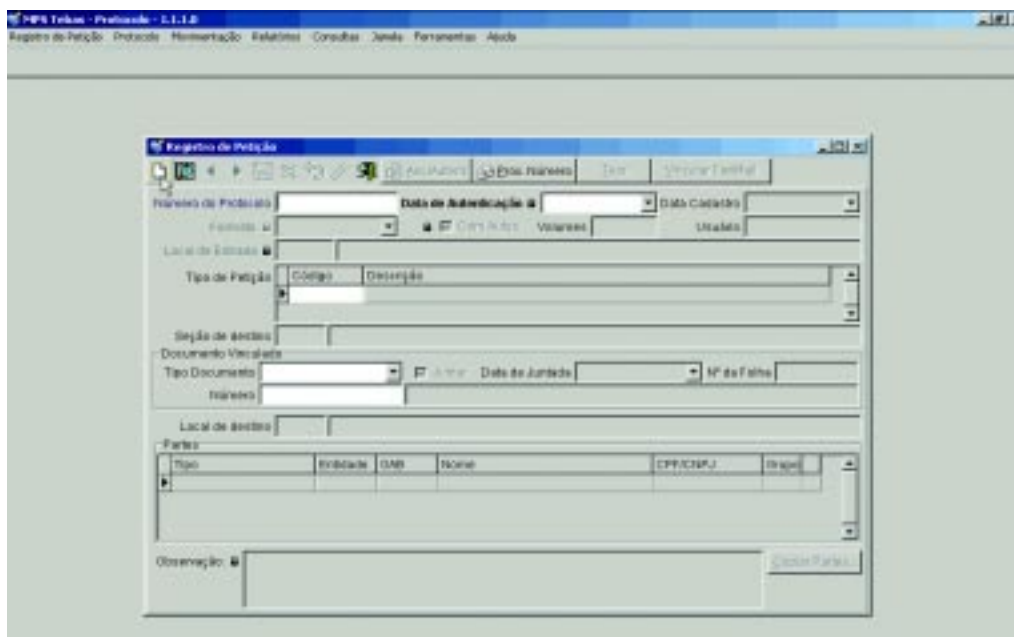
Sistema Processual Único da Justiça Federal (E-Jud)

O Conselho da Justiça Federal e o Conselho Nacional de Justiça promoveram uma discussão nacional sobre a necessidade de um sistema processual eletrônico único para toda a Justiça Federal. Através de um seminário realizado em dezembro de 2007, que contou com a participação de magistrados, técnicos em tecnologia da informação e servidores que atuam na área fim do CNJ, CJF e Tribunais Regionais Federais, foram definidas a metodologia e as etapas para o desenvolvimento de um sistema desse porte. Em 2008, foram concluídas quatro das cinco etapas definidas e os próximos passos são o detalhamento dos casos de uso, início do desenvolvimento do sistema e primeiros testes.



Protocolo Eletrônico Integrado

Esse sistema foi desenvolvido para permitir maior acessibilidade do jurisdicionado, possibilitando que protocole petições, vinculadas a processos em tramitação de qualquer Seção ou Subseção Judiciária da 5ª Região e do TRF, em qualquer dos Órgãos da Região.



A imagem mostra uma interface de usuário de um sistema de protocolo eletrônico. O título da janela é "Sistema de Protocolo - 1.1.1.8". O menu de opções inclui: Registro de Petição, Protocolo, Numeração, Estatísticas, Consultas, Ferramentas, Ajuda. O formulário principal, intitulado "Registro de Petição", contém os seguintes campos:

- Número de Processo: [campo de texto]
- Data de Interposição: [campo de data]
- Data Cadastro: [campo de data]
- Forma de Acesso: [campo de texto]
- Local de Interposição: [campo de texto]
- Tipo de Petição: [campo de texto]
- Seção de Acesso: [campo de texto]
- Documento Virtualizado: [campo de texto]
- Tipo Documento: [campo de texto]
- Data de Juntada: [campo de data]
- Nº do Fato: [campo de texto]
- Local de Acesso: [campo de texto]
- Partes: [tabela com colunas: Nome, Endereço, OAB, Nome, CPF/CNPJ, Cargo]
- Observação: [campo de texto]

Protocolo Integrado

Serviços na Internet

Os serviços disponíveis na página da internet foram incrementados, visando reduzir a necessidade das partes e/ou advogados se deslocarem ao Tribunal.

A pesquisa processual passou a contar com mais informações e foram incluídos novos serviços, como o manual do protocolo integrado, formato da numeração processual, principais resoluções do CJF, mapa jurisdicional consolidado, manual, tabela e cálculo das custas e informações relativas a convênios firmados com outros Órgãos.

Padronização de Procedimentos

Acreditando que a padronização de procedimentos é capaz de trazer importantes benefícios para o serviço jurisdicional, a exemplo da redução de custos, ganho de produtividade, melhoria da qualidade do serviço prestado e maior segurança para o jurisdicionado, através das ferramentas de controle e da possibilidade de melhoria contínua do nível técnico, o TRF 5ª Região idealizou projetos e executou ações de forma integrada com as suas Seccionais, visando reduzir a variabilidade dos procedimentos adotados na Região.

A Justiça Federal da 5ª Região já possui sistema de acompanhamento processual integrado no Primeiro Grau (sistema físico e eletrônico) e, desde 2006, criou o Núcleo de Integração e Uniformização de Procedimento, dentro da estrutura do Tribunal. Essa unidade é responsável por viabilizar a padronização do trâmite processual nas Varas Federais e na integração com o Tribunal, principalmente na elaboração de projetos unificados e adaptação de sistemas diante das novas regulamentações.

Dentre os principais feitos desse Núcleo, no biênio 2007/2008, tivemos:

- projetos de expedição eletrônica e recuperação de dados entre sistemas, de distribuição do 1º Grau, de certificação digital nos sistemas de Primeiro e Segundo Graus e de Repercussão Geral;
- finalização dos ajustes referentes aos livros eletrônicos da Corregedoria;
- planejamento do Protocolo Integrado;
- idealização e acompanhamento do desenvolvimento do sistema de expedição eletrônica de ofícios para pagamento administrativos de peritos, intérpretes, tradutores e dativos;

Outro importante feito para padronização foi, seguindo as recomendações da Resolução nº 46/2007 do Conselho Nacional de Justiça, a implantação, no Primeiro e no Segundo Grau, das Tabelas Processuais Unificadas de Classes, Assuntos e Petições, garantindo uniformidade nos procedimentos e no fornecimento de dados para as estatísticas processuais. Além dessas tabelas, está em fase de desenvolvimento no 2º Grau a Tabela de Movimentação.

Também foi estimulada a uniformização das atividades vinculadas à Turma Recursal, possibilitando a extração de dados mais consistentes, que possam ser devidamente comparados, servindo de importante subsídio na identificação das necessidades desse órgão julgador. Ao jurisdicionado proporciona melhor compreensão das informações contidas no sistema de acompanhamento processual aplicado aos Juizados e Turmas Recursais.

MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Ciente dos benefícios proporcionados pela conciliação, principalmente pela redução do tempo para análise dos processos, do acervo em tramitação e dos custos para o erário, além dos benefícios da harmonização dos litígios e fomento da cultura de paz social, o TRF da 5ª Região e suas Seccionais promoveram diversas ações para incentivar essa prática.

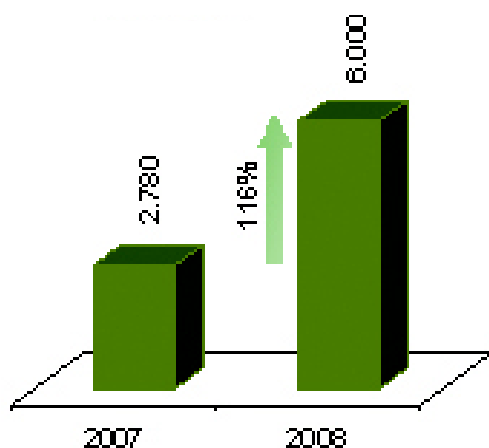
As Seções Judiciárias da 5ª Região aderiram ao movimento Conciliar é Legal, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça e, sob a coordenação do desembargador federal Marcelo Navarro e coordenadores seccionais dos JEFs, durante a “Semana Nacional da Conciliação”, realizada em 2007 e repetida em 2008, homologaram mais de 3.500 acordos, movimentando mais de 22 milhões de reais no biênio.



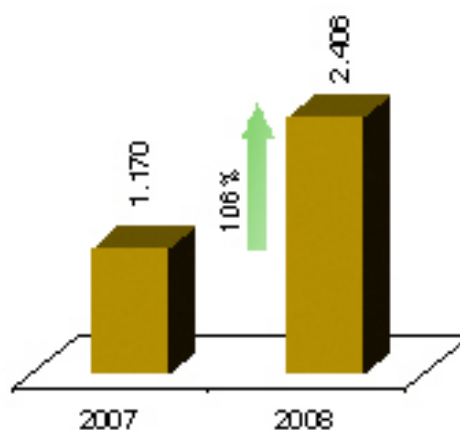
A conciliação reduz o estoque processual e desafoga a pauta de julgamento, proporcionando maior celeridade

É importante destacar que, em 2008, o Movimento pela Conciliação incluiu a participação das Turmas Recursais, audiências pré-processuais e de conciliação nas Varas Cíveis, Criminais e de Execução Fiscal, além dos Juizados Especiais Federais, o que proporcionou o aprimoramento dos resultados em comparação com o ano de 2007.

Pessoas Atendidas



Acordos Homologados



Salutar ressaltar que esse resultado decorre do empenho e dedicação dos mais de mil servidores que colaboram com o movimento, sem que tivessem qualquer prejuízo das suas funções originárias.

Os mutirões de audiências e instruções de julgamentos têm se tornado uma prática em toda a Região para reduzir o volume processual em tramitação nas unidades vinculadas, visando desafogar a pauta de julgamentos e melhorar a prestação jurisdicional.

Os mutirões de conciliação e julgamento apresentaram excelentes resultados

A Justiça Federal em Alagoas realizou o V Mutirão do Juizado Especial Federal de Arapiraca, atendendo 46 municípios na Região Agreste e no Sertão, com o objetivo de resolver questões previdenciárias, como aposentadoria rural, benefícios para idoso, aposentaria por invalidez, licença gestação, entre outros benefícios ligados ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O evento reuniu 15 juízes federais dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe e contabilizou um índice de 62,5% de acordos previdenciários firmados nas 1.083 audiências de instrução realizadas, atendendo a um público estimado em cinco mil pessoas. O significativo percentual de acordos demonstrou o substancial espírito conciliatório entre os autores, seus advogados e a Procuradoria Especializada do INSS.

Em agosto de 2007 e novembro de 2008, a Justiça Federal em Pernambuco realizou um mutirão de audiências na Região Agreste do Estado, com o objetivo de agilizar processos com pedidos de benefícios da Previdência Social em tramitação na Subseção Judiciária de Garanhuns, que atende a 33 municípios da região e onde funcionam a 23ª Vara e um Juizado Especial Federal. O presidente do TRF 5ª Região, desembargador federal José Baptista de Almeida Filho, e o corregedor-geral da 5ª Região, desembargador Francisco Wildo Lacerda Dantas, acompanharam o mutirão, que realizou mais de 1.300 audiências e injetou mais de um milhão de reais na economia regional.



Mutirão realizado Garanhuns/PE

A Justiça Federal no Ceará também aderiu à ideia e realizou um mutirão com mais de 170 audiências de conciliação, envolvendo ações de desapropriação de terras para construção da Ferrovia Transnordestina, entre os Estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. Pequenos e médios agricultores dos municípios da região irão receber 3,8 milhões de reais em indenização.



Mutirão realizado no Ceará

Já o Tribunal firmou um acordo de cooperação com o INSS para conciliação de processos relativos a aposentadorias e benefícios assistenciais, como os casos previstos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aposentadorias por invalidez, auxílio-doença e aposentadoria do trabalhador rural. Como fruto já foram propostos 663 acordos que aguardam a intimação das partes e outros 200 já foram homologados.

CONCURSOS PÚBLICOS

Os esforços do Tribunal para o preenchimento do quadro da Magistratura de 1ª instância são permanentes. Em 2008, foi concluído o IX Concurso Público de provas e títulos para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da 5ª Região. A comissão organizadora do certame, executado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB), foi composta pelos desembargadores federais Lázaro Guimarães (Presidente) e Luiz Alberto Gurgel de Faria, juiz federal Edilson Pereira Nobre Júnior, professor Aurélio Bôaviagem (Universidade Federal de Pernambuco) e o advogado Sílvio Neves Baptista (Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pernambuco). Inscreveram-se 2.726 candidatos e, após todas as fases, 21 foram aprovados e empossados pelo Tribunal.



Prova oral do concurso de juízes

Com o ingresso desses novos magistrados, a 5ª Região passou a contar com um quadro de 151 juízes na primeira instância.

No final de 2008 foram iniciados os trabalhos para realização do X Concurso para Juiz Federal Substituto.

Foram nomeados 21 novos juízes e 67 servidores



Posse novos juízes federais substitutos

Ainda em 2008, o Tribunal realizou o concurso público para servidores da 5ª Região, destinado à formação de cadastro de reserva para os cargos de Analista Judiciário (Curso Superior) e Técnico Judiciário (Ensino Médio). O certame ofereceu opções nas áreas Administrativa e Apoio Especializado (Segurança e Transporte e Informática). Para o cargo de Analista, foram oferecidas opções nas áreas Judiciária (curso de Direito), Administrativa (curso superior em qualquer área) e Apoio Especializado, nas especialidades Medicina (Clínica Geral), Odontologia, Contadoria, Informática, Taquigrafia, Engenharia Civil, Arquitetura e Biblioteconomia.

A Fundação Carlos Chagas foi responsável pela realização do concurso e a Comissão do Tribunal foi presidida pela desembargadora federal Margarida Cantarelli até 30 de janeiro de 2008, sendo após esta data presidida pelo desembargador federal Rogério Fialho.



Comissão do concurso de servidores visita local de prova

Foram inscritos mais de 134 mil candidatos, dos quais 1.216 concorreram às cotas destinadas a pessoas com deficiência. O concurso foi homologado em agosto de 2008 e já foram nomeados, na Região, 23 Analistas Judiciários, sendo 14 para área judiciária; 5 para execução de mandados e 04 para área administrativa, e 44 Técnicos Judiciários, sendo 41 para área administrativa e 03 para segurança e transportes.

CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Entendendo que os Órgãos e Entidades públicos perseguem interesses comuns em nome do serviço público, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região considerou salutar a integração entre os entes e, neste biênio, firmou acordos de cooperação técnica com a Caixa Econômica Federal (CEF), Advocacia-Geral da União (AGU), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Secretaria de Receita Federal (SRF).

Tendo em vista a necessidade de acesso ao Sistema de Administração de Depósitos Judiciais (SIAJU), com o objetivo de otimizar a rotina de bloqueio imediato das contas, consulta de saldo, extratos e impressão de comprovantes, em julho de 2007 o Tribunal firmou convênio com a Caixa Econômica, permitindo que os magistrados, dirigentes desta Corte de Justiça e das Seccionais vinculadas, tenham acesso ao sistema SIAJU para consulta às contas de depósitos judiciais e àquelas abertas com a finalidade de acolher os créditos relativos a RPVs e Precatórios, via internet e mediante uso de senha pessoal. Essa iniciativa otimiza o processo que, até então, realizava-se por intermédio da expedição de ofícios.

Numa iniciativa pioneira, o TRF5 e a AGU firmaram, em abril de 2008, um convênio de cooperação técnica, através de documento assinado pelo desembargador federal presidente José Baptista de Almeida Filho e o ministro substituto da AGU Evandro Costa Gama. A finalidade desse convênio foi promover o intercâmbio de dados, informações e documentos eletrônicos, relativos aos processos judiciais em que figurem como parte, interveniente ou terceiro interessado, a União, suas Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais.



Presidente firma convênio de cooperação com a AGU

Salutar registrar o convênio celebrado entre a Secretaria da Receita Federal (SRF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), este na condição de representante do 1º e 2º Graus, com o fim de estabelecer a troca de informações por meio do Sistema de Informações do Judiciário – INFOJUD, para simplificar e agilizar o acesso às informações protegidas por sigilo fiscal, mediante o acesso à Central Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e ao Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), o que até então era realizada via expedição de ofícios.

Os convênios firmados buscaram viabilizar a troca de informações, agilizando a prestação jurisdicional

Regulamentada pelo Decreto nº 6.138/07, a Rede Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG), do Ministério da Justiça, lançou em dezembro de 2008 o novo módulo de administração de usuários e, para tanto, realizou o recadastramento de todos os usuários do sistema, tendo em vista a complexidade do controle do cadastrado e aumento na segurança da rede. Na 5ª Região foram recadastrados os coordenadores, magistrados e servidores autorizados. O sistema tem a missão de integrar e difundir nacionalmente as informações de segurança pública, controle e fiscalização, identificação cível e criminal, inteligência, justiça e defesa civil, suportando as ações governamentais e políticas públicas na promoção da segurança e da cidadania, através da interligação dos bancos de dados de diversos órgãos federais e estaduais, conveniados.

Outro importante acontecimento foi o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a União, por meio do Ministério das Cidades e da Justiça, e o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que teve como objetivo viabilizar o intercâmbio de informações através do Sistema de Restrição Judicial – RENAJUD, com a finalidade de imprimir celeridade, efetividade e tempestividade às ordens judiciais. Este sistema entrou em atividade em novembro de 2008, e permite aos magistrados da 5ª Região, bem como aos servidores indicados, solicitar, por meio eletrônico, a restrição e a retirada de restrição de veículos automotores cadastrados no RENAVAM, em tempo real, em cumprimento às ordens judiciais.

Democratização

Em continuidade ao processo de democratização da Justiça Federal através da sua



Sede da Justiça Federal em União dos Palmares/AL

interiorização, o TRF5 promoveu a instalação da Vara Federal de União dos Palmares, no interior de Alagoas. Esta Vara abrange nove municípios (Branquinha, Colônia Leopoldina, Flexeiras, Ibatiguara, Joaquim Gomes, Murici, Novo Lino, São José da Laje e União dos Palmares) e atende a uma população aproximada de 187 mil habitantes.

Além disso, foram concluídas as construções de sedes próprias para abrigar varas já instaladas nas cidade de Arapiraca/AL, Estância/SE e Itabaiana/SE.

Arapiraca/AL

Em junho de 2007, foi inaugurado o prédio da Justiça Federal no município de Arapiraca/AL, que abrange 46 municípios e uma população aproximada de meio milhão de habitantes no interior alagoano. A cidade, localizada na Zona Agreste de Alagoas, é uma das mais importantes do interior do Estado e principal centro comercial da região sertaneja.

Construído numa área de 1.682 m², o prédio abriga a 8ª Vara Federal de Alagoas e um Juizado Especial Federal (JEF). A sede própria dispõe de 1.682m², com quatro salas para audiências, duas salas para perícias, dois gabinetes para magistrados, duas recepções, biblioteca, refeitório e posto bancário, situados na região central de Arapiraca. Teve um custo médio de R\$ 764,63/m², preço abaixo do cobrado pelo mercado para as contratações de obras públicas similares.



Inauguração sede Arapiraca/AL

Estância/SE

Em agosto de 2008, foi entregue à população do município de Estância/SE as novas instalações da 7ª Vara Federal, que até então funcionava em imóvel alugado. A nova sede é dotada de condições para melhor atender aos cerca de 67 mil jurisdicionados de Estância e de mais 14 municípios da região, com duas salas para audiências, dois gabinetes para magistrados, salas para secretaria e assessoria, além de um pequeno auditório com capacidade para 50 pessoas.



Sede da Justiça Federal em Estância/SE

Foram concluídas as construções de três novas sedes

Itabaiana/SE

Em março de 2009, foi inaugurado o prédio da Justiça Federal em Itabaiana, importante cidade do interior sergipano, situada na região central do Estado, atendendo oito municípios circunvizinhos e cerca de 571 mil habitantes. A nova sede está situada em uma área com 10 mil m² e contará com restaurante, biblioteca, agência bancária, sala para Juizado Especial, além de elementos de infra-estrutura, como cabeamento estruturado para informática, subestação para gerador de energia e sala própria de serviços gerais.



Sede da Justiça Federal em Itabaiana/SE

Nas cidades de Limoeiro do Norte e Fortaleza, no Ceará, estão em andamento as obras de construção dos prédios para abrigar a Justiça Federal, e o edifício-sede da Subseção Judiciária de Juazeiro do Norte, também no Estado, está recebendo reforma em suas instalações.

Já a Subseção de Campina Grande, na Paraíba, está executando o projeto de edificação de anexo ao seu prédio-sede.

A 5ª Região, a fim de oferecer condições físicas adequadas para o bom funcionamento dos serviços jurisdicionais, busca a construção de sedes próprias de acordo com a realidade de cada município onde a Vara se encontra instalada, eliminando o pagamento de aluguel.

Sedes da Justiça Federal foram modernizadas para melhor atender o jurisdicionado

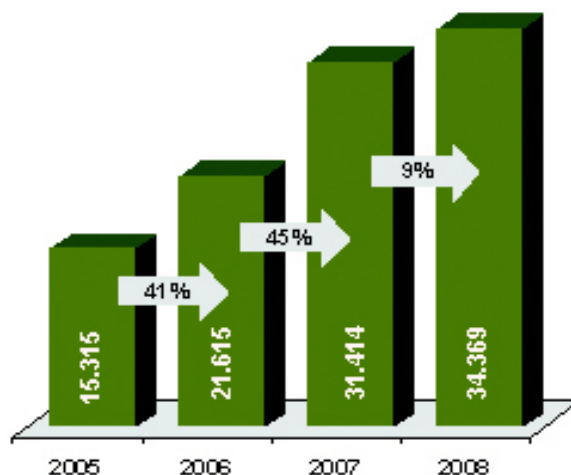
Também foram dotados recursos para modernização e recuperação das instalações físicas do Tribunal e Seções Judiciárias, com a finalidade de melhor operacionalizar os ambientes, agilizando e melhorando o atendimento à demanda social. Passaram por reformas as instalações das Seções Judiciárias do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe e das sedes das Subseções Judiciárias de Mossoró, Caruaru, Petrolina, Garanhuns, Sobral e Limoeiro do Norte. No Tribunal, foram concluídas as reformas para abrigar a área administrativa.



Novas instalações para abrigar a área administrativa no TRF

Outro importante fato para a democratização da Justiça Federal é a ampliação da garantia fundamental de assistência jurídica gratuita, por meio da qual as pessoas que comprovem insuficiência de recursos, recebem assistência íntegra e sem ônus de advogados credenciados nas diretorias de Foro das Seções Judiciárias, para que tenham acesso à justiça gratuita. Neste biênio, 65 mil pessoas foram assistidas com este programa.

Assistência à Pessoas Carentes - Pessoas Assistidas



Novo Regimento Interno

Em 2008, a Comissão de Regimento, presidida pelo desembargador federal Francisco Cavalcanti, concluiu a revisão geral do Regimento Interno, iniciada em outubro de 2003, quando a comissão era presidida pelo desembargador federal Rivaldo Costa, com o objetivo de fazer com que o instrumento reflita a evolução das leis e acompanhe a dinâmica de funcionamento deste Egrégio.

A proposta final apresentada pela comissão considerou as várias modificações legislativas implementadas nos últimos anos, especialmente a que ficou conhecida como “Reforma do Poder Judiciário” (Emenda Constitucional nº 45/2004), as atualizações das novas regras administrativas e ajustes em conformidade com os procedimentos previstos no Código de Processo Civil, e foi aprovada pelo Pleno em 10/12/2008, através da Resolução nº 25.

Gestão Administrativa

Para promover a melhor relação entre os recursos, ações e resultados e orientar o desenvolvimento dos trabalhos, foi elaborado, com a participação de todos os diretores técnicos, o **Plano de Ação 2008**, que sistematizou as ações planejadas, estruturadas em quatro macro-objetivos: prestação jurisdicional, articulação institucional, melhorias operacionais e gestão de pessoas.

O plano de ação foi elaborado com a participação dos diretores



Reunião dos diretores para discussão do Plano de Ação

Prestação Jurisdicional

O macro-objetivo prestação jurisdicional contemplou a busca pela celeridade no julgamento. Além das ações já apresentadas no tópico Celeridade Processual, foi realizada a digitalização e indexação das notas taquigráficas antigas e conseqüente eliminação do acervo em papel, o que facilita a gestão do acervo documental e o custo de arquivamento.

Também foi implantado o sistema de atendimento eletrônico nas Turmas, que dispensa a permanência de um servidor em tempo integral para o atendimento, pois agora, no momento de chegada do advogado ou parte, o servidor recebe um aviso em seu computador, automaticamente. Esta ferramenta permitiu maior disponibilidade de tempo para os servidores das Divisões das Turmas para realizarem outras atividades que o setor demanda.

Articulação Institucional

A articulação institucional buscou incentivar o relacionamento com outros órgãos, o relacionamento entre as unidades internas, além de disseminar a política de transparência das ações.

RELACIONAMENTO COM OUTROS ÓRGÃOS

Para superar a dificuldade da carência de servidores na área médica, o Tribunal firmou um Termo de Cooperação Técnica com a Receita Federal, por intermédio da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Pernambuco, com o intuito de possibilitar o intercâmbio das equipes médicas das duas instituições, com o objetivo de realizar exames e emitir laudos médico-periciais. Assim, a junta médica passou a ser compartilhada, podendo ser composta por médicos dos dois Órgãos.



Presidente do TRF5 firma convênio com a SRF

A Caixa Econômica Federal é um dos grandes parceiros do Tribunal na melhoria e modernização da prestação jurisdicional. Em 2007, foi assinado um Termo de Convênio com o escopo de viabilizar a implementação de vários projetos de interesse jurisdicional na 5ª Região, o que proporcionou investimentos tais como a aquisição de equipamentos de informática, segurança, médicos e arquivo, bem como a reforma de instalações.

Também foi firmado, no início de 2009, um acordo de cooperação com a Caixa Econômica para disponibilização de crédito imobiliário aos servidores da Justiça Federal da 5ª Região para financiamento habitacional com condições especiais relativas a taxas de juros, prazos de amortização, quota de financiamento e modalidade de crédito. Atitudes como essa contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos servidores, refletindo em maior satisfação no ambiente de trabalho e na execução de suas tarefas.

RELACIONAMENTO DAS UNIDADES INTERNAS

A fim de promover a integração das unidades internas, passaram a ser realizadas reuniões periódicas com os chefes de gabinetes, onde foram discutidas as ações previstas para o ano, além do levantamento das suas necessidades, visando sempre a busca contínua pela melhoria dos serviços prestados. Nestas reuniões, as diversas unidades administrativas tiveram a oportunidade de apresentar suas estruturas, descrever as atividades que realizam e receber as demandas oriundas dos Gabinetes, promovendo a necessária harmonização entre as duas áreas.

Também ocorreram reuniões periódicas com os diretores das unidades técnicas, nas quais foram acompanhados projetos e ações planejadas para 2008 e realizados os devidos ajustes na programação, de acordo com as novas demandas, já que o instrumento do Plano de Ação foi concebido como uma ferramenta flexível, dentro de uma medida razoável, para que sempre estivesse atendendo às reais necessidades da organização, sempre conduzindo ao alcance dos objetivos almejados.



Reunião dos chefes de gabinetes com os diretores das unidades administrativas

Reuniões periódicas passaram a ser realizadas com os chefes de gabinete para melhoria das atividades administrativas

Ansiando pela integração regional com as suas Seccionais, principalmente na área de Tecnologia da Informação, o Tribunal criou um Comitê Regional específico para esse fim, formado pelos diretores de informática e um representante da área administrativa, para definição de padrões de linguagem, banco de dados e plataformas e, nomeadamente, otimizar esforços, com o escopo de apoiar as decisões dos diretores administrativos nas Seções Judiciárias e da diretora-geral do TRF5.

As reuniões gerenciais e técnicas com os diretores de Foro e de secretaria da Justiça Federal de 1º Grau e Presidência e diretores do TRF5, como vinha acontecendo nas gestões anteriores, continuaram a ser promovidas trimestralmente.



Reunião de diretores de Foro, em Sergipe

Um importante fruto da integração regional foi a conclusão da implantação do sistema de Recursos Humanos (SARH), em todos os Estados da 5ª Região. Idealizado durante a gestão da desembargadora federal Margarida Cantarelli e apoiado durante a gestão do desembargador federal Francisco Cavalcanti, o sistema, além de contar com um banco de dados mais seguro, permite a uniformização dos processos de folha de pagamento, facilitando a troca de informações entre as Seções Judiciárias e o Tribunal. Todas as alterações ou mudanças nas Leis, Atos e no cadastro dos servidores são atualizadas no sistema de forma automática e em tempo real.

TRANSPARÊNCIA NAS AÇÕES

Reconhecendo a importância da informação para melhoria do gerenciamento dos recursos, o Tribunal passou a disponibilizar para os gestores das diversas áreas administrativas e dos Gabinetes os dados relativos ao custeio das atividades.

Como forma de atender aos anseios da sociedade em relação à melhoria do acesso às informações do Poder Judiciário e promover a transparência na gestão dos recursos públicos, o Tribunal passou a divulgar em sua página da internet os relatórios anuais de Prestação de Contas, com a aplicação dos recursos orçamentários utilizados no exercício, e o Relatório de Atividades, com a descrição das principais ações administrativas incrementadas em cada gestão e a forma como esta Corte vem acompanhando as tendências de administração do mundo moderno.



Também foram disponibilizados na rede mundial os dados relativos a contratos, licitações e aquisições realizadas.

Outro importante instrumento de comunicação, criado em 2007, foi o jornal quadrimestral “TRF Notícias”, com o fim de apresentar uma síntese dos principais fatos e realizações ocorridos no período.

Melhoria Operacional

O macro-objetivo da melhoria operacional buscou disseminar o plano de ação dentro da instituição, promover a informatização com renovação e ampliação do parque e desenvolvimento do software, otimizar a gestão de compras e contratos, o controle dos processos e a gestão dos bens, otimizar o uso dos espaços físicos, implementar melhorias na segurança física do Tribunal e realizar auditorias operacionais para garantir a eficácia e eficiência das ações.

Com o objetivo de disseminar o plano de ação, foram promovidas reuniões com o Conselho de Administração, chefes e assessores de gabinetes e diretores das diversas unidades que compõem este Egrégio Tribunal.



Apresentação do Plano de Ação aos Assessores dos Gabinetes

Para melhorias na área de Tecnologia da Informação, foram adquiridos 500 microcomputadores, permitindo a renovação de 40% do parque computacional do TRF5, cujas máquinas já estavam sem garantia, elevando o custo de manutenção. Assim como foi adquirido um novo *storage* (equipamento de armazenamento corporativo), visando fornecer maior segurança ao email corporativo, com ferramenta antispam. Também foram contratados novos servidores para virtualização e um rack-cofre, que já foi instalado, e será realizado o planejamento de contingência.

40% do parque computacional do TRF5 foi renovado

A Intranet, ferramenta de comunicação interna, passou por melhorias permitindo a realização de consultas às normas expedidas pela Presidência do TRF5, incluindo Atos, Ordens de Serviços, Portarias, Provimentos, Resoluções, Instruções Normativas e Emendas Regimentais.

A página da Internet foi totalmente reformada, contemplando inovações e novas funcionalidades. Na página de abertura, os conteúdos foram agrupados sob títulos que facilitam a localização e a estrutura de codificação foi revista para atender às recomendações de acessibilidade *Web*. Além disso, passou a contar com um programa gestor de conteúdo na administração do próprio *site*, que possibilita a descentralização das publicações, proporcionando maior agilidade nas atualizações. Também foram adicionadas consultas às decisões do Conselho de Administração, às informações relativas a convênios firmados com outros Órgãos, dentre outras.



Na área de softwares foram desenvolvidos e implantados os seguintes sistemas para a área meio do Tribunal:

- **SIDAMS** – desenvolvido pelo Tribunal, possibilita o cadastramento dos atestados médicos, com os respectivos CID, de modo a fornecer dados precisos ao Setor Médico, auxiliando o controle das doenças que mais atingem os servidores do TRF5, para que possam promover ações preventivas.
- **SGC (Sistema de Gestão de Contratos)** – permite o acompanhamento e controle da execução dos contratos vigentes. Já está implantado no Tribunal e sendo disponibilizado para as Seções Judiciárias.
- **SISPAT (Sistema de Patrimônio)** – possibilita o aprimoramento da gestão de bens permanentes. Já está implantado no Tribunal e está sendo disponibilizado para as Seccionais.



Sistema SGC



Sistema SIDAMS

Outro sistema que merece destaque na 5ª. Região é o FLUXUS Adm - Tramitação de Documentos, desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da Justiça Federal no Ceará. O desenvolvimento desse sistema foi iniciado em 2006 e permite o controle de documentos e processos administrativos, quer sejam físicos ou totalmente eletrônicos. Em sua primeira versão, o sistema disponibiliza um amplo conjunto de ferramentas para atingir a automação do trâmite de processos administrativos (Workflow) da Justiça Federal, além de prover uma solução integrada para a Gestão Eletrônica de Documentos (GED).



O FLUXUS promove transparência, celeridade e redução de custos ambientais, ao primar pela extinção do uso do papel quando da utilização do processo eletrônico, bem como integra a 5ª Região no processo colaborativo de sistemas.

O sistema Fluxus permite o trâmite de processos administrativos totalmente eletrônicos

Por sua excelente qualidade, este sistema despertou o interesse de outras instituições públicas, a exemplo do Supremo Tribunal Federal (STF), Conselho de Justiça Federal (CJF), Governo do Estado do Ceará e o Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (DETRAN-PE). Na 5ª Região, além da Justiça Federal no Ceará, também está funcionando em Sergipe e está em processo de instalação nas demais Seccionais e no Tribunal.

O processo de contratação de bens e serviços foi aperfeiçoado e se passou a utilizar o pregão eletrônico e a cotação eletrônica, procedimentos que permitem compras com maior transparência, celeridade e economia, em face da maior competitividade que propicia. Outro importante fato foi a realização de compras regionais para alguns objetos, tais como capas processuais, que ainda permitiu a obtenção de melhores preços, em decorrência da economia em escala.

A gestão de contratos também passou por melhorias operacionais, dentre as quais se destaca a capacitação do gestor de contratos, com o Programa de Aperfeiçoamento da Gestão de Contratos, que contou com cursos abordando os seguintes temas:

- A Administração Pública e a Importância do Gestor de Contratos, proferida pelo desembargador federal Manoel Erhardt;
- A Importância da Gestão Orçamentária na Administração dos Contratos, ministrada pelo diretor de Orçamento e Finanças Sebastião Marcos Campelo;
- Elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais para Aquisições no Setor Público, ministrada pelo auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), Luiz Felipe Simões;
- Normas e Procedimentos sobre Licitação e Contratação com o Serviço Público, abordada pelo auditor Edgar Guimarães, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Todo o material disponibilizado nos cursos, assim como normas e legislações específicas relacionadas ao processo de compras, foram compilados e disponibilizados para todos os servidores em uma página da Intranet, denominada “Espaço Gestor”. Nesta página, também está disponível o “Manual do Gestor”, uma publicação especialmente desenvolvida para orientar os gestores dos contratos.



Ciclo de palestras para capacitação do Gestor de Contratos

No final de 2008, a Secretaria Administrativa iniciou uma revisão dos contratos firmados pelo Tribunal e já promoveu importantes repactuações dos percentuais de reajuste, que gerou uma salutar economia para o erário.

Objeto	Reajuste	Negociado	Diferença
Desenvolvimento de software	13%	6%	7%
Desenvolvimento de software	11%	7%	4%
Manutenção ar condicionado	15%	7%	8%
Limpeza e conservação	12%	8%	5%
Manutenção consultório Odontológico	18%	10%	8%

O problema reduzido espaço físico que o Tribunal dispõe, foi minimizado por meio de reformas, com mudanças de layout e de mobiliário, na tentativa de disponibilizar mais área para execução das tarefas. Assim sendo, nove gabinetes sofreram intervenções, bem como quase todas as unidades da área administrativa, que antes ocupava o edifício anexo III e foi novamente fixada no edifício-sede.

Com o escopo de finalmente sanar os problemas com espaço físico, foi elaborado o projeto arquitetônico preliminar da expansão do seu edifício-sede, que foi aprovado pelo Conselho de Administração. No projeto está prevista a construção de um prédio com 10.000 m², distribuídos em sete pavimentos, no qual serão instaladas todas as unidades vinculadas à área administrativa.

Foi concluído o projeto preliminar para construção do edifício anexo ao Tribunal

Buscando aperfeiçoar a gestão de documentos, os servidores responsáveis por gerenciar e eliminar os documentos e autos findos da Região foram devidamente capacitados e procederam com o descarte de 23.387 processos, por temporalidade cumprida, gerando aproximadamente nove toneladas de papel. Esse material foi fragmentado e entregue à parceira ONG Moradia e Cidadania para reciclagem. O principal objetivo dessa ação foi de apenas manter no arquivo o acervo histórico e intermediário necessários, diminuindo a área de ocupação, o custo de manutenção, bem como manter o arquivo organizado e atualizado, facilitando a rápida localização de processos.

Mais de 23 mil processos com temporalidade cumprida foram descartados, gerando 9 mil toneladas de papel, destinados à reciclagem

Para melhor gerir o seu patrimônio, o Tribunal promoveu uma reorganização física do almoxarifado e implantou uma nova política de revisão qualitativa e quantitativa de solicitações de material.

Outrossim foi realizada uma criteriosa avaliação dos bens que se encontravam ociosos ou se caracterizavam como economicamente desvantajosos, sob o aspecto da relação custo/benefício de manutenção ou substituição, e, ao fim, 450 itens, dentre mobiliários, computadores e impressoras, foram doados para órgãos do Poder Judiciário Federal, entidades federais, estaduais e municipais, tais como hospitais, escolas e o Exército.



Doação de mobiliários para o Hospital Universitário Osvaldo Cruz

Considerando a necessidade de rapidez para realização de reparos nos bens permanentes, foi criado o Serviço de Apoio Técnico, que possibilita a execução de pequenos serviços no próprio Tribunal. Também passou a ser realizada internamente a manutenção de impressoras, o que já gerou uma economia de 500 mil reais, no biênio 2007/2008.

Outra importante inovação na gestão patrimonial foi a introdução de etiquetas patrimoniais com código de barras nos bens permanentes, permitindo maior controle sobre esses itens.

Destaca-se, ainda, a criação da Central de Solicitação de Serviços, em 2007, para agilizar a prestação de serviços de manutenção, engenharia e arquitetura, onde todas as solicitações dos servidores são registradas e o atendimento controlado e coordenado para que seja realizado com qualidade e a maior brevidade possível. Atualmente, a Central atende em média a 296 chamados por mês.



Presidente apresenta nova frota de veículos

A frota de veículos foi renovada de acordo com os parâmetros estabelecidos na Resolução nº 537 do Conselho da Justiça Federal, que permite a troca quando comprovada necessidade ou constatada a manutenção ou conservação onerosa (quando a relação custo x benefício for superior a 50%). Neste contexto, foram adquiridos doze novos veículos e os anteriormente utilizados pelo Tribunal foram doados para outros Órgãos Federais.

Para melhoria da segurança física do Tribunal, foram realizadas ações tais como:

- 88 servidores foram capacitados, sendo um de cada unidade administrativa e judiciária, no Curso de Formação de Brigada de Emergência promovido pelo Corpo de Bombeiros de Pernambuco;
- reativação do sistema de comunicação, através do hand-talk, permitindo maior agilidade nas ações de segurança nos serviços internos;
- produção de crachás de identificação para servidores, estagiários, terceirizados e visitantes que transitam nesta Corte de Justiça;
- recuperação de dois detectores de metais e aquisição de dois novos equipamentos;
- aquisição de armas não letais (TASER);
- instalação de catracas de acesso ao edifício-sede e anexos do TRF



Catracas eletrônicas



Curso de formação de Brigada de Emergência

- aquisição de terno completo e jaquetas de identificação para os agentes de segurança;
- instalação de novas guaritas de segurança para proteção da retaguarda do edifício-sede e anexo I;
- instalação de cancelas para acesso ao estacionamento, acionadas através do crachá de identificação dos servidores;
- capacitação dos agentes de segurança em armamento, com curso de tiro, e segurança de autoridades.



Novo uniforme dos agentes de segurança



Curso de tiro realizado pelos agente de segurança

Visando à melhoria dos processos internos, a unidade de Controle Interno passou a realizar auditorias operacionais periódicas, buscando identificar fraquezas no processo antes que possíveis falhas ocorram, agregando valor à organização.

Outro ponto a destacar foi a instituição da Comissão Permanentes de Sindicância, que permite maior sistematização e controle da atividade.

A estrutura do TRF5 foi revista e aperfeiçoada. Para os Gabinetes houve uma uniformização das estruturas, que estavam defasadas desde a última ampliação, ocorrida em 2000. Este ajuste irá elevar as condições de trabalho nas unidades contempladas, imprimindo um ritmo mais célere para análise dos processos. Na área administrativa foram incluídos os Núcleos de Planejamento, Assessoria Jurídica e Gestão Documental, estando os dois primeiros vinculados à Diretoria Geral e o último à Secretaria Administrativa.

A estrutura organizacional foi revista e aperfeiçoada nos gabinetes e unidades administrativas

Considerando a necessidade da construção ordenada de um rumo a seguir para alcançar as metas pretendidas, o Núcleo de Planejamento tem como principal atribuição a coordenação e a realização do Plano de Ação de 2009, acompanhando a execução das atividades, além de estruturar a elaboração do planejamento estratégico da instituição, preparando-a para enfrentar as incertezas do ambiente com maiores chances de sucesso, disseminando a importante cultura de planejar e controlar a execução das tarefas e projetos. A criação dessa unidade visa, também, atender à recomendação do Tribunal de Contas da União, quanto à necessidade do uso das ferramentas de planejamento pelos Órgãos do Poder Judiciário.

O Núcleo de Assessoria Jurídica tem a atribuição de examinar previamente e dar pareceres sobre as minutas de contratos, acordos, convênios ou ajustes, assim como verificar casos de dispensa e inexigibilidade de licitações, examinar os instrumentos contratuais definitivos de acordos, convênios ou ajustes, após serem elaborados pela Seção de Licitações e Contratos, antes de serem firmados. Também é responsável pela análise de processos administrativos e suas revisões, inclusive disciplinares, que digam respeito aos direitos e deveres dos servidores, após receber as devidas informações e opinativo pela Seção de Legislação de Pessoal – SLP, manifestando a sua concordância ou, no caso de discordância, emitir parecer, entre outras.

O Núcleo de Gestão Documental é responsável pela coordenação das atividades realizadas pelas seguintes unidades: Biblioteca, Arquivo, Som e Malote, com o objetivo de aperfeiçoar a gestão dos documentos desta Corte, aperfeiçoando rotinas de gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos judiciais, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.

Gestão de Pessoas

O macro-objetivo de gestão de pessoas buscou promover a capacitação e o desenvolvimento profissional da força de trabalho da 5ª Região, além de incentivar a valorização pessoal.

CAPACITAÇÃO

Para qualificação do pessoal, pela aquisição, reciclagem e aprimoramento dos conhecimentos, no biênio 2007/2008 foram realizados diversos cursos e eventos para magistrados e servidores.

A Escola de Magistratura Federal da 5ª região, criada através da Resolução no. 16, de outubro de 1999, passou, nestes últimos dois anos, por uma redefinição de perfil, graças ao novo papel que lhe foi atribuído a partir de Emenda Constitucional nº 45/04 e a Resolução nº 532/06, do Conselho da Justiça Federal, que instituiu o Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa dos Juízes Federais e das Resoluções nos 01 e 02/07 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), que define as normas para realização de cursos para Magistratura.

Neste biênio, a Escola teve como diretor o Desembargador Federal Francisco Cavalcanti, no período de abril a agosto de 2007, e a Desembargadora Federal Margarida Cantarelli, no período de agosto de 2007 a março de 2009. A vice-direção da Escola ficou a cargo do Desembargador Federal Lázaro Guimarães e a coordenação, inicialmente com a servidora Elaine Pereira, no período de abril a outubro de 2008, e, posteriormente com o servidor Luiz Albuquerque Melo.

A ESMAFE5 destacou-se nacionalmente como a Escola de Magistratura Federal que conseguiu credenciar mais cursos no ano de 2008

Pode-se afirmar, seguramente, que a ESMAFE inaugurou um novo tempo. Se antes a Escola se destinava à realização de eventos cujo público alvo era, prioritariamente, servidores e operadores do Direito, hoje ela se transformou, efetivamente, em uma Escola para Magistrados, que tem como objetivo maior o cumprimento do dispositivo constitucional de assegurar aos magistrados a oportunidade de uma educação continuada.

Hoje se pode afirmar que, em 2008, a ESMAFE consolidou-se como Instituição voltada à formação continuada dos magistrados, destacando-se como a Escola de Magistratura Federal que conseguiu credenciar mais cursos no ano de 2008 junto à ENFAM.

Para obtenção deste resultado, foi inestimável o apoio do desembargador federal presidente José Baptista de Almeida Filho e a compreensão do Corregedor, desembargador federal Francisco Wildo, liberando os juizes para participarem dos cursos, bem como a imensurável colaboração dos diretores dos Núcleos da Escola no desenvolvimento das atividades em cada um dos Estados que compõem a 5ª Região. Foi a partir dessa união de esforços que se conseguiu realizar as atividades a seguir referidas:

- dois cursos de Iniciação à Magistratura destinado aos juizes federais substitutos aprovados em concursos públicos;



Curso Iniciação à Magistratura, em 2007



Curso Iniciação à Magistratura, em 2008



- doze cursos de aperfeiçoamento credenciado pela ENFAM, dos quais três realizados na sede da ESMAFE, três da Seção Judiciária de Alagoas, dois na do Ceará, um na do Rio Grande do Norte, um na de Pernambuco e dois na de Sergipe;



Curso Literatura Nordestina



Curso Processo Penal

- dois Encontros Regionais de Juízes sendo o primeiro realizado em Natal/RN, em 2007, e o segundo, em 2008, no Cabo de Santo Agostinho/PE. Este último credenciado pela ENFAM;
- dez cursos de atualização, destinados à magistrados, servidores e operadores do Direito, contando com um total de 433 participantes;
- vinte e quatro edições da Quinta Jurídica, evento tradicionalmente incluído na programação das Seções Judiciárias do Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e na sede da ESMAFE, perfazendo um total de 3.387 participantes;
- no período, foram editadas cinco números da Revista ESMAFE, que teve sua política editorial reformulada, inclusive abrindo espaço para artigos sobre Administração Judiciária;

V Encontro de Juízes Federais



VI Encontro de Juízes Federais



Lançamento da Revista ESMAFE, em 2008

Além dessas atividades, foram realizadas, pelo Núcleo da Escola, palestras, videoconferências, concurso de monografias, comemorações da Semana dos Servidores, e outras atividades consignadas em relatórios específico da ESMAFE.

Palestra “Direito Constitucional”, proferida pelo Ministro Gilmar Mendes



Palestra Motição no Judiciário, ministrada pelo argentino Pelayo Labrada

Dentre as realizações direcionadas aos servidores da Justiça Federal, o Conselho da Justiça Federal (CJF) lançou o Plano Nacional de Capacitação (PNC), que tem por objetivo a adoção de uma política institucionalizada de gestão de pessoas. Para lançamento do PNC no TRF5, foram promovidas visitas às diversas unidades administrativas e judiciárias que o compõe, divulgando o programa entre os servidores e fornecendo orientações acerca do Adicional de Qualificação (AQ), inovação também trazida pelo CJF, com base na Lei 11.416/2006.

Diversos eventos foram promovidos para capacitação dos servidores, dentre os quais se destacam:

- Curso “Atualização em Processo Civil”, com 72 horas/aulas, ministrado pelo professor e servidor da casa Marcos Aurélio do Nascimento Netto;
- Curso “Direito Processual Judicial Tributário”, com o professor Terence Trennepohl;
- Seminário “Terceira Onda Reformista do Processo Civil”, para a discussão acerca das necessárias e sucessivas reformas no Direito Processual. Foi aberto ao público e contou com a coordenação científica da desembargadora federal Margarida Cantarelli e o patrocínio da Caixa Econômica Federal;
- Seminário “Novas Tendências do Direito Tributário”, em homenagem ao desembargador federal Rivalvo Costa. Aberto ao público, o evento foi coordenado pela desembargadora federal Margarida Cantarelli e contou com o patrocínio da Caixa Econômica Federal;
- Curso “Capacitação de Contadores em Cálculos Previdenciários”, Sistema Financeiro de Habitação e Utilização do Sistema Nacional de Cálculos”, visando qualificar os servidores, tornar mais eficientes as contadorias da 5ª Região e diminuir o prazo de permanência dos feitos no setor;



Palestra “Terceira Onda Reformista do Processo Civil”

- “Semana do servidor” (2007), com atividades regionalizadas que priorizaram a capacitação e a interação entre funcionários da Justiça Federal da primeira e segunda instâncias. Fizeram parte desse evento palestras sobre temas relevantes ligados à administração pública, gestão governamental, saúde, planejamento financeiro, qualidade de vida, direitos e deveres do servidor;
- Palestra “Finanças Pessoais: os Aspectos Comportamentais e a Utilização de Ferramentas para Planejamento e Gerenciamento Financeiro”, ministrada por João Carlos Sá Leitão Freitas, gerente regional do segmento judiciário da Caixa Econômica Federal;
- “Curso Desenvolvimento Gerencial”, com 32h/aula, para atender à Lei nº 11.416 e a Resolução nº 569 do Conselho da Justiça Federal, que determina que, a cada dois anos, os servidores com funções comissionadas de natureza gerencial (com subordinados) deverão ser capacitados. Participaram desse evento 302 servidores, em 10 turmas;
- Curso “Extensão para Agentes de Segurança Institucional”, realizado pela Escola de Governo da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP/ UPE, que contou com a participação de servidores do TRF5 e da Justiça Federal em Pernambuco, Alagoas e Sergipe.



Palestra “Finanças Pessoais”



Curso “Desenvolvimento Gerencial”

■ Seminário “Processo Administrativo Virtual”, em homenagem ao desembargador federal Ubaldo Ataíde Cavalcante, que contou com a participação de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Justiça Federal no Ceará, que apresentaram os sistemas de processo administrativo eletrônico utilizado pelos seus órgãos e os benefícios que proporcionam. O evento foi patrocinado pela Caixa Econômica Federal;



Os servidores da área de Tecnologia da Informação foram capacitados para atender aos requisitos das Instruções Normativas nº 02 e 04 de 2008 do Ministério de Planejamento; à jurisprudência do TCU e participação na comunidade de TI Controle; à Perícia Forense e à Modelagem de Negócios. Participaram, também, de cursos sobre: qualidade de software; Java básico e corporativo; XML; implantação de Help Desk e Service Desk; Oracle database 10G; Portal Corporativo; ITIL Foundation V3; PMBOK, entre outros.

45 servidores concluíram curso de pós-graduação em Planejamento e Gestão Pública

O Tribunal continuou estimulando a realização de cursos de pós-graduação e mestrado pelos servidores, subsidiando parte dos custos. Em 2008, 45 servidores concluíram o curso de pós-graduação em Planejamento e Gestão Pública. A produção científica desses servidores passou a ser disponibilizada na Internet, para que possa ser compartilhada com os demais servidores e com a sociedade.

Outra inovação do Tribunal foi buscar a criação do “Banco de Instrutores Internos”, que tem o objetivo de formar um cadastro de instrutores, composto por servidores especialistas no assunto, para promover capacitações e treinamentos.

Foi criado o “Banco de Instrutores Internos”,
composto por servidores,
para promoção de capacitação e treinamentos

Para melhor receber os novos servidores, o TRF5 criou o programa de capacitação destinado à ambientação dos servidores recém-ingressos nesta Corte, com o intuito de integrá-los ao ambiente de trabalho, auxiliando-os na formação da cidadania corporativa e instruindo-os de informações acerca das políticas e normas desta Corte, visando à otimização da prestação jurisdicional por meio da consonância entre as expectativas trazidas pelos novos servidores e os princípios que norteiam a organização.



Curso de ambientação para os novos servidores

Os novos servidores passaram por um curso de ambientação, para melhor integrá-los ao ambiente de trabalho

Outra importante ação na área de capacitação foi a implantação do Adicional de Qualificação (AQ), um benefício concedido aos servidores do quadro de pessoal permanente, previsto na Lei nº 11.416/2006, do Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Poder Judiciário da União e regulamentado pelo Conselho da Justiça Federal. O servidor com curso de pós-graduação poderá ter um acréscimo de 7,5% a 12,5% em seu salário básico. No caso de treinamento, o acréscimo será de 1%, para cada 120 horas/aula, podendo chegar a 3%, em treinamentos de 360 horas/aula. Ao final de dezembro de 2008, 169 servidores já tinham implantado o adicional de qualificação.

O Adicional de Qualificação previsto no Plano de Cargos e Salário está totalmente implantado na 5ª Região

QUALIDADE DE VIDA

Convencido da importância da qualidade de vida para elevar o desempenho dos servidores, o Tribunal promoveu diversos movimentos buscando o incentivo da prática de atividades para melhoria das condições de saúde física e psicológica da sua força de trabalho, por meio da criação do Programa Saúde Ativa. Dentre os feitos realizados, merecem destaque:

- vinculação periódica no jornal de circulação interna (TRF Hoje) de assuntos relacionados à saúde e à qualidade de vida;
- promoção de campanha educativa com o objetivo de combater o uso de drogas e evitar o excesso de consumo de álcool, além de orientações sobre sexo seguro, com a distribuição de panfletos e preservativos, durante a semana pré-carnavalesca de 2008, com o apoio da Secretaria de Saúde do Recife;
- campanha contra a hipertensão arterial;
- campanha de vacinação contra Hepatite A e B;
- Programa de Saúde Preventiva Feminina, incluindo cuidados com a pele, palestra sobre menopausa e terapia de reposição hormonal;



Campanha de vacinação



Campanha contra hipertensão arterial



Programa Saúde Preventiva Feminina



Programa Saúde Preventiva Masculina



- Programa de Saúde Preventiva Masculina, com a realização de cursos, palestras, atividades de combate ao sedentarismo e estímulo a hábitos de vida saudáveis, dicas sobre prevenção ao câncer de boca e de próstata, realização de exame PSA, aferição de circunferência abdominal e cálculo de IMC;
- realização de minipalestras educativas, com coleta de sangue para exames laboratoriais, aferição de pressão arterial e checagem de peso e altura;
- campanha contra o sedentarismo, que buscou estimular os servidores a praticarem exercícios físicos, abrangendo aspectos variados, relacionando diferentes modalidades de atividades físicas, com os benefícios da saúde mental, laboral e os melhores resultados quando assistidos por avaliador físico e com orientação nutricional adequada;
- realização da palestra “Alcoolismo”, ministrada pela filósofa e psicóloga Lizete Galvão Queiroz, com enfoque humanístico, dirigida aos servidores, terceirizados e estagiários, visando orientá-los sobre a prevenção e os riscos da doença.

Campanha contra o sedentarismo



A especialidade Cardiologia foi adicionada ao Setor de Saúde, que já contava com especialistas nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia Geral, Gastroenterologia, Dermatologia e Medicina do Trabalho.

Durante o biênio 2007/2008, o Setor de Saúde realizou cerca de 4,7 mil procedimentos médicos, 4,8 mil de enfermagem, 8 mil atendimentos odontológicos e 2,7 mil atendimentos em psicologia.

Evento Criança Talento

Além das ações na área de saúde, o Tribunal buscou estimular o convívio familiar e promoveu o Evento Criança Talento, no qual os filhos de servidores com idades entre 6 e 10 anos, enviaram desenhos ou redações para compor um livro. Os autores dos trabalhos foram convidados para uma tarde especial, com lanche e surpresas.



Cantinho do leitor



Com o objetivo de estimular o hábito da leitura e ampliar a cultura geral, a Biblioteca do TRF5 criou o “Cantinho do Leitor”, que já conta com 203 títulos. O espaço é constituído exclusivamente por obras da literatura doadas pelos próprios leitores, por isso ficou conhecido como Clube do Livro.

Salutar registrar a reabertura do restaurante nas instalações do Tribunal, ao final de 2008, com serviços de lanchonete, cafeteria, sorveteria e bomboniere. O restaurante está sendo acompanhado por uma nutricionista do Tribunal e possui um cardápio variado, incluindo produtos integrais, light, diet e à base de soja, oferecendo, diariamente, 40 tipos de saladas e 10 opções de carnes, incluindo peixes, frangos e crustáceos, além dos pratos quentes e um balcão variado de comida japonesa.



Restaurante nas instalações do TRF5

Responsabilidade Socioambiental

Consciente do papel que exerce na sociedade, o TRF5 buscou realizar ações sociais e ambientais, que promovam melhoria na qualidade de vida dos que participam e dos que cercam o seu ambiente de trabalho.

Com esse propósito, foram promovidas diversas ações sociais na vizinha e carente comunidade do Pilar, além de ações direcionadas para terceirizados, estagiários de nível médio, servidores e para a sociedade em geral.

COMUNIDADE DO PILAR

Contrastando com a bela arquitetura secular do bairro do Recife Antigo, a comunidade Nossa Senhora do Pilar abriga 1,5 mil pessoas em condições sub-humanas, apresenta o pior índice de desenvolvimento humano (IDH) e o mais grave quadro de problemas sanitários no Recife, além do alto índice de violência e criminalidade.

Conhecendo essa realidade, que está a uma quadra de distância do seu edifício-sede, o TRF5 promoveu diversas ações assistenciais, por meio de arrecadação de doativos entre servidores e eventos que visaram o incentivo da educação, lazer e melhoria da infraestrutura da Escola de ensino fundamental que atende à comunidade.

Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

- Gincana São João Solidário, que mobilizou diversas unidades do Tribunal, segmentadas em grupos, para arrecadação de itens para doação. Em 2007, foram obtidos 6,7 mil itens de higiene e 4 mil peças de vestuário e cobertores. Em 2008, foram doadas 2,5 toneladas de alimentos, 60 colchões e 250 cobertores;



Entrega da premiação da Gincana

Crianças da comunidade participam dos festejos juninos do TRF5

Concurso de Redação, realizado em 2007, entre alunos da Escola do Pilar, premiou as cinco melhores redações. A grande vencedora do concurso foi Rafaela Rodrigues, que elaborou um texto bastante criativo e foi premiada com uma bicicleta. Os demais vencedores receberam brinquedos;

Dia da Independência. Para despertar o patriotismo entre as crianças da comunidade, em 2007 a Escola do Pilar promoveu um evento cívico e o TRF5 emprestou a bandeira nacional e doou bandeiras dos Estados, impressa em papel. Este evento propiciou aos alunos maior conhecimento sobre a Bandeira e o Hino Nacional. Na mesma ocasião, também foi realizada uma apresentação de frevo para comemorar os 100 anos dessa dança típica da cidade do Recife;

Dia das Crianças – No biênio 2007/2008, o dia das crianças da Escola foi marcado por um lanche especial oferecido pela sra Rosemary de Almeida, esposa do desembargador federal José Baptista de Almeida Filho, que esteve à frente da Presidência do TRF5, neste período;

Festa de Natal: em 2007, contou com a doação de 220 cestas natalinas, com um lanche especial para as crianças da comunidade.



Crianças recebem cesta natalina



Apresentação de frevo realizada pelas crianças do Pilar

Todos os materiais arrecadados nestas campanhas foram distribuídos para a Comunidade do Pilar por intermédio da Escola Nossa Senhora do Pilar.

Importante destacar que, em 2008, o Tribunal conquistou dois novos parceiros para essa empreitada social: o 5º Centro de Telemática do Exército Brasileiro (5º CTA) e a ONG Moradia e Cidadania.

Em parceria com o Tribunal, o 5º CTA do Exército promoveu um Curso de Informática, capacitando 33 jovens estudantes, em um curso que uniu elementos lúdicos e interdisciplinares aos ensinamentos de tecnologia

Já a ONG Moradia e Cidadania levou para a comunidade o projeto “Oficina Pedagógica Sesinho”, que, por meio de atividades divertidas e educativas, promove a consciência da importância da coleta seletiva para o meio ambiente e ensina princípios de cidadania, atingindo um público em formação.

A partir dos recursos obtidos com a comercialização dos resíduos produzidos pelo TRF5, principalmente quando do descarte de processos, à ONG Moradia e Cidadania promoveu pequenas intervenções na Escola do Pilar, buscando torná-la um ambiente mais agradável para os estudantes. Para auxiliar ainda mais nessa reforma, o Tribunal doou sobras de material inservível oriundo das reformas realizadas nas suas instalações. Assim, foi possível realizar a substituição parcial de piso, portas, painéis de madeirite e reforço do madeiramento do teto da escola.



Curso de Informática oferecido pelo Exército

ASSISTÊNCIA AOS TERCEIRIZADOS

Reconhecendo a importância da educação quando se fala em justiça social, o Tribunal tem buscado estimular os funcionários terceirizados, que realizam serviços de limpeza e segurança a continuarem os seus estudos. Para isso, em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco, adotou, desde 2002, o programa Telessala, que tem duração de dezoito meses e utiliza a mesma dinâmica e material didático do Telecurso, onde os alunos desenvolvem o aprendizado através de vídeos e livros.

Em 2007 e 2008, o Programa Telessala Ensino Médio formou 24 e 33 estudantes, respectivamente.

Outra importante ação foi a parceria firmada com a escola de informática Unibratec e a ONG Moradia e Cidadania, através da qual foram obtidas 30 vagas para cursos de informática gratuitos para funcionários terceirizados.

Formatura Turma Telessala



PROGRAMA ESTÁGIO DE NÍVEL MÉDIO

Em 2007, o programa socioeducativo “Estagiário de Nível Médio” do TRF5 completou 10 anos de existência. Este programa visa atender adolescentes de baixa renda, através de estágio remunerado, para iniciação da vida profissional, contribuindo para formação pessoal e preparando-os para o exercício da cidadania. Os jovens, com faixa etária de 16 a 18 anos, são convocados nas escolas da rede pública e passam por um processo seletivo antes de ingressarem no Tribunal.

Ao longo dos seus dez anos, 420 adolescentes já passaram pelo Programa, que atualmente atende 75 estagiários.

Para os adolescentes do programa são oferecidos serviços de atendimento médico, odontológico e psicossocial. Este último através de reuniões mensais que visam avaliar o desempenho profissional e as relações interpessoais dos estudantes. Trimestralmente, são realizadas palestras que tratam de temas como: planejamento familiar, aquecimento global, mercado de trabalho, nutrição e qualidade de vida, finanças pessoais, direitos sociais e a importância do voto.

Em 2008, foi criado o “Programa Busca Saudável”, que visa aumentar o potencial de empregabilidade de jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho, através do incentivo à adoção de um estilo de vida e comportamento saudáveis, por meio de sessões de atendimento individual, nas quais são abordados temas relacionados à saúde física, psicológica e social em relação a sua conquista de emprego e com os critérios de seleção pessoal das organizações contemporâneas. De janeiro a setembro, foram realizadas 228 atendimentos, entre estagiários recém-ingressos e em fase de desligamento.



Estagiários do Programa Nível Médio

Também foi implantado o “Banco de Currículos”, contendo dados profissionais dos estudantes de nível médio que fizeram parte do programa, na Intranet, para que os servidores tenham acesso às informações dos estagiários e possam auxiliá-los na busca pelo primeiro emprego.

Os ex-estagiários de nível médio também participaram do curso sobre *Telecom* (reconhecimento de equipamentos, instalação de hardware, configuração, redes e segurança no trabalho) e noções de como atuar no mercado, organizar e montar seu próprio negócio, promovido pela ONG Moradia e Cidadania, em parceria com a Caixa Econômica Federal e Intelbras. A iniciativa teve como objetivo estimular os jovens a investirem em qualificação profissional para o mercado de trabalho e faz parte do compromisso de responsabilidade social dessas instituições.

Também foram conquistadas 30 vagas, através da parceria da ONG Moradia e Cidadania com a escola da informática Unibratex, capacitando os estagiários de nível médio em Windows, Word e Excel.

Outra importante realização foi o Programa de Formação Empreendedora (FORME), realizado pela Fecomércio/PE com apoio do Sebrae, TRF da 5ª Região e Soservi, que capacitou 22 jovens que estavam concluindo o estágio de nível médio para uma consciência empreendedora, atribuindo novas competências e atitudes capazes de elevar a auto-estima e criatividade dos beneficiados.

A conclusão do programa FORME contou com “A Feira de Negócios”, promovida por professores e alunos do curso. Foi realizada no hall do edifício-sede do TRF, onde os alunos montaram suas próprias empresas, oferecendo produtos variados para os clientes.



Feira de Serviço FORME



Concluintes do Programa FORME

SOCIEDADE

Para celebrar os vinte anos da Carta Magna, o Tribunal promoveu o II Concurso de Monografias, com o patrocínio da Caixa Econômica, Universitários e profissionais de todas as áreas participaram do certame, cujo tema foi “O Impacto Sociojurídico da Criação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no Nordeste pela Constituição Federal de 1988”. Na categoria profissional, os prêmios corresponderam a R\$ 10 mil, R\$ 5 mil e R\$ 2 mil e, na categoria graduando, foram de R\$ 5 mil, R\$ 2 mil e R\$ 1 mil, respectivamente.



Para celebrar os 20 anos da Carta Magna,
o Tribunal promoveu
um concurso de monografias

O Tribunal abriu suas portas e recebeu estudantes de graduação em direito da Faculdade de Direito do Recife e da Universidade Católica, com o objetivo de presenciar a prática dos estudos teóricos do curso. Os estudantes conheceram as dependências do Tribunal e foram recebidos pelo presidente dessa Corte de Justiça.

Com o objetivo de lembrar o Dia Nacional do Doador de Sangue, além de sensibilizar os servidores sobre a importância da doação, em 2008 foi promovida uma campanha de coleta de sangue para a Fundação Hemope. Aderiram à campanha 63 servidores.



Campanha coleta de Sangue para o HEMOPE

MEIO AMBIENTE

Preocupados com a necessidade de fortalecer a sustentabilidade socioambiental, o Tribunal tem incentivado os servidores a adotarem iniciativas para minimizar o impacto que os descartes diários causam ao meio ambiente. Em algumas unidades, os copos descartáveis já foram substituídos por garrafas, canecas e xícaras de vidro, e os servidores já se sentem estimulados para a prática de reaproveitamento e reciclagem de papel.

O TRF5 já implementou diversas mudanças, tais como:

- reutilização e reciclagem de papel;
- instalação de impressoras com frente e verso;
- substituição de 70% do papel clorado pelo reciclado;
- instalação de coletores de pilhas descartáveis e baterias de celular;
- substituição da técnica de limpeza do espelho d'água de retrolavagem para filtragem, o que reduziu consideravelmente o consumo de água;
- implantação do sistema de termoacumulação, que tem a função de produzir ar refrigerado durante a noite para utilizá-lo na climatização dos edifícios sede e anexo III, nos horários de pico, quando o custo da energia elétrica é mais elevado, contribuindo também para evitar o desperdício decorrente da produção noturna das hidroelétricas. Essa iniciativa gera importantes repercussões econômico-financeiras e ambientais;
- para facilitar o descarte de processos judiciais e documentos administrativos com temporalidade cumprida, o TRF5 decidiu aliar a obrigatoriedade à responsabilidade ambiental, adquirindo uma fragmentadora de grande porte, com recursos oriundos de convênio firmado com a Caixa Econômica Federal, a qual visa dar maior segurança e velocidade ao descarte dos documentos, facilitando inclusive a reciclagem do material processado, que será repassado à parceira ONG Moradia e Cidadania, que reverterá a renda para ações sociais na comunidade do Pilar.



Coletores de Pilhas e Baterias



Máquina Fragmentadora

Considerando o ano de implantação do controle de itens sustentáveis (2005) até 2008, já foram economizados mais de meio milhão de copos plásticos e mais de 4,5 milhões de folhas de papel. Representando uma redução significativa de gastos, menor poluição ambiental e preservação de 450 árvores!

Já foram economizados
mais de meio milhão de copos
e mais de 4,5 milhões de
folhas de papel

Diante da premente necessidade de preservação ambiental e ciente do forte papel que exerce perante a sociedade, em 2008 o Tribunal formalizou o Comitê Socioambiental (CSA), existente desde 2005, com a missão ímpar de promover ações que busquem comprometimento com o meio ambiente e o meio social no qual está inserido, principalmente por meio de melhorias da política interna, minimizando resíduos e conquistando novas tecnologias para o uso eficiente de recursos.



Uma palestra sobre Eficiência Energética, proferida pelo engenheiro Dario Soares, diretor da Divisão de Eficiência Energética e Desenvolvimento Tecnológico da Chesf, foi a largada de um projeto maior a ser implementado pelo TRF5. Participaram os membros do CSA e servidores que trabalham nas áreas de administração predial.



Palestra "Eficiência Energética"

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenação

Projeto Gráfico / Editoração

Juliane Gama Tenório Paraíso

Redação

Creuza Maria Gomes Aragão

Juliane Gama Tenório Paraíso

Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio

Vladislave Ferreira Leite

Telma Roberta Vasconcelos Motta

Capa

André Gonçalves Garcia

Rachel Pacheco Hopper

Fotos

Getúlio Bessoni

Secretaria de Turismo do Ceará

Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte

Secretaria de Turismo da Paraíba

Secretaria de Turismo de Alagoas

Secretaria de Turismo de Sergipe

Revisão Ortográfica

Cristina Ramos

Gráfica

Gráfica e Editora Liceu LTDA

Tiragem

600 exemplares